



FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AS FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ITABERAÍ-GO

FABÍOLA CRISTINA SILVA BERNARD DE OLIVEIRA

INHUMAS
2023

FABÍOLA CRISTINA SILVA BERNARD DE OLIVEIRA

AS FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ITABERAÍ-GO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Faculdade de Inhumas – FacMais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
BIBLIOTECA CORA CORALINA - FacMais

O48f

OLIVEIRA, Fabíola Cristina Silva Bernardo de
AS FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES E O PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ITABERAÍ-
GO. Fabíola Cristina Silva Bernardo de Oliveira. – Inhumas: FacMais, 2023.

103 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas -
FacMais, Mestrado em Educação, 2023.

“Orientação: ^a Dr.^a Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas”.

1. Finalidades educativas escolares; 2. Ensino fundamental; 3. Anos Iniciais; 4.
Projeto Político Pedagógico. I. Título.

CDU: 37

**AS FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES E O PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
ITABERAÍ-GO**

**Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da
Faculdade de Inhumas – PPGE/FACMAIS, aprovada em 24 de agosto de 2023.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas
(PPGE/FacMais)
Presidente da Banca

Prof. Dra. Daniella Couto Lôbo (PPGE/FacMais)
Membro interno

Prof. Dra. Carolina do Carmo Castro (UEG/GO)
Membro externo

Prof. Dr. Marcos Jerônimo Dias Júnior (PUC/GO)
Membro externo

“Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos escolares básicos, que tenham ressonância na vida dos alunos. Entendida nesse sentido, a educação é 'uma atividade mediadora no seio da prática social global', ou seja, uma das mediações pela qual o aluno, pela intervenção do professor e por sua própria participação ativa, passa de uma experiência inicialmente confusa e fragmentada (sincrética) a uma visão sintética, mais organizada e unificada”.

(LIBÂNEO, 1994, p. 69).

Dedico aos meus pais, **Washigton e Cida**
(in memoriam), por sempre acreditarem
em mim e por terem abdicado de suas
vidas em prol das realizações e
felicidades de seus filhos.

Aos amores da minha vida **César, César
Filho e Ana Júlia** por todo carinho, amor,
incentivo e compreensão. Não teria forças
para continuar sem vocês na minha vida.

Aos meus amados irmãos **Fabiana,
Flávio** e minha amada vizinha **Delaide**,
que sempre torceu para nosso sucesso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me concebido a honra de chegar até aqui. Nunca teria imaginado que um dia eu seria Mestre.

Aos educadores de todo mundo, que direta ou indiretamente lutam por uma educação igualitária, inclusiva e contra as desigualdades sociais.

À minha orientadora, a Professora Doutora Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas por sua disponibilidade, respeito, paciência, carinho nesta caminhada. Obrigada, levarei seus ensinamentos para sempre.

À Banca Examinadora pela gentileza e pelas contribuições ofertadas à pesquisa.

Aos meus pais (*in memoriam*) que apesar de todas as dificuldades que enfrentamos seguimos o caminho do bem, em busca de oportunidades de transformar nosso futuro. Trilhamos o caminho mais árduo com a esperança de dias melhores e mais solidários, afinal a educação é a única esperança de desenvolvimento de uma sociedade. Pelo amor, incentivo, confiança, orações, conselhos e todo apoio. Minha amada mãezinha que nunca mediu esforços para que pudéssemos aprimorar nossos conhecimentos. Tenho convicção que de onde ela estiver estará muito orgulhosa por ter sido o exemplo e alicerce de uma conquista jamais almejada.

Aos meus filhos, César Filho e Ana Júlia, pela compreensão, carinho, colaboração e aceitação da minha ausência, ajuda em todos os momentos.

Ao meu amado esposo, César Júlio, pelo apoio, carinho, incentivo, respeito à minha profissão e paciência. Nunca mediu esforços para me levar ao caminho que eu havia trilhado.

Aos meus irmãos, em especial minha irmã por me apoiar e me ouvir em todas minhas angústias e ansiedades, minha vizinha querida e todos funcionários e professores da Pós-Graduação da Faculdade de Inhumas, que me possibilitaram ampliar meu horizonte.

Aos meus colegas do grupo do Mestrado, que estiveram presentes, compartilhando o processo de crescimento, angústias e alegrias.

Aos meus colegas de trabalho. Em especial minha gestora Glauciene Vieira e as coordenadoras Juliana, Maisa e Nívea por compreenderem a necessidade de algumas ausências e total apoio.

À Prefeita da cidade de Itaberaí/GO, Rita de Cássia Soares Mendonça por nos conceder essa missão maravilhosa a qual chamamos de Professor.

Por fim, agradeço aos meus amigos e amigas de sala que me ajudaram, contribuíram, mudaram minha forma de entender e lidar com estudo, em especial minha amiga/irmã Elenice Maria, pelas dicas, atenção e companheirismo. Uma pessoa com tantas qualidades que encontro dificuldades em expressar minha gratidão em palavras, a cada dia compartilha um pouco de toda sua experiência pessoal e profissional, me conforta e ampara como uma mãe. Saio daqui hoje uma pessoa transformada e seus ensinamentos é o responsável por essa transformação.

RESUMO

Este estudo aborda sobre as finalidades educativas da educação escolar buscando responder à questão: como as finalidades educativas escolares influenciam no Projeto Político Pedagógico da escola no âmbito municipal? Tendo como fundamentação teórica principal o conceito de finalidades educativas escolares estabelecido por Lenoir e as análises de Libâneo acerca das finalidades educativas da escola, o trabalho teve o objetivo geral analisar as finalidades educativas da escola Municipal Padre Elígio Silvestre (Itaberaí – Goiás), considerando o Projeto Político Pedagógico da escola. Os objetivos específicos foram: abordar sobre o conceito de finalidades educativas escolares; compreender como as finalidades educativas influenciam nos componentes curriculares; identificar possíveis desafios e oportunidades relacionados às finalidades educativas no âmbito escolar visando ao desenvolvimento integral do aluno. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri (Goiás) mostrou a necessidade de uma discussão aprofundada sobre os objetivos desta escola e o que ela tem alcançado em termos de aprendizagem dos alunos, sobretudo a partir da implantação da BNCC. Para avançar mais a compreensão do problema, são necessárias pesquisas que tomem para análise as percepções e expectativas dos docentes em relação às finalidades educativas da educação escolar nos anos iniciais desta escola, a fim de melhor explicar a influência das mesmas no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a formação e desenvolvimento integral dos alunos.

Palavras-Chave: Finalidades educativas escolares; Ensino fundamental; Anos Iniciais; Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

This study addresses the educational purposes of school education, seeking to answer the question: how do school educational finalities influence the school's Pedagogical Political Project at the municipal level? Having as its main theoretical foundation the concept of school educational purposes established by Lenoir and Libâneo's analyzes of the school's educational purposes, the work had the general objective of analyzing the educational purposes of the Padre Elígio Silvestre Municipal School (Itaberaí – Goiás) considering the school's Pedagogical Political Project. The specific objectives were: to address the concept of school educational purposes; understand how educational purposes influence curricular components; identify possible challenges and opportunities related to educational purposes at school, aiming at the student's integral development. The methodology used was bibliographic research and documentary analysis. The analysis of the Pedagogical Political Project of School (Goiás) showed the need for an in-depth discussion about the objectives of this school and what it has achieved in terms of student learning, especially since the implementation of the BNCC. To further understand the problem, research is needed to analyze the perceptions and expectations of teachers in relation to the educational purposes of school education in the initial years of this school, in order to better explain their influence on the teaching-learning process with a view to the integral training and development of students.

Keywords: School educational finalities; Elementary School; Early Years; Pedagogical Political Project.

Keywords: School educational purposes; Elementary School; Pedagogical political project.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEFFA's	Centros Familiares de Formação por Alternância
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECTPP	Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos
EIPE	Educação, Instituições e Políticas Educacionais
FacMais	Centro de Formação Superior de Inhumas
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FEE	Finalidades Educativas Escolares
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Salas de aula da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri.....	76
Figura 2 - Pirâmide de William Glasser.....	79
Figura 3 - Pirâmide de William Glasser com índices de retenção do conhecimento	80
Figura 4 - O ciclo da aprendizagem experiencial de Kolb.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Finalidades educativas.....	23
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. FINALIDADES EDUCATIVAS	19
1.1 Conceito de finalidades educativas.....	26
1.2 Políticas e finalidades educativas.....	29
1.3 O papel do docente nas finalidades educativas.....	47
2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E FINALIDADES EDUCATIVAS	51
2.1 A educação nos anos iniciais: BNCC.....	51
2.2 Consenso escolar dos objetivos para educação infantil.....	59
3. AS FINALIDADES EDUCATIVAS DA ESCOLA, E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ-GOIÁS	69
3.1 Caracterização geral da Escola Municipal Padre Elégio Silvestri.....	69
3.2 A caracterização do PPP da Escola Municipal Padre Elégio Silvestri.....	71
3.3 As finalidades educativas no Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal Padre Elégio Silvestri.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

A escola tem o desafio de assumir um novo papel na formação cívica, em sintonia com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, essa situação exige que os professores repensem seus papéis e os métodos de ensino usados para tornar o processo de ensino significativo. Aceitar este desafio é o início de uma nova era na aprendizagem holística e na educação dos alunos.

O objetivo deste estudo é analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola no município de Itaberaí/Goiás, sob a ótica da gestão democrática, enfocando nos objetivos da escola, os aspectos sociais e sua pedagogia. Essa situação exige que os professores repensem seus papéis e os métodos de ensino usados para tornar o processo de ensino significativo. Pressupõe-se que o processo de desenvolvimento desta ferramenta deve incluir a discussão e identificação dos objetivos almejados, contando com a participação de vários setores da escola, autoridades e da comunidade local, com o objetivo de criar uma escola pública verdadeiramente democrática e igualitária.

Respeitar sempre a particularidade de cada aluno, desenvolver estratégias de aprendizagem para a comunidade mais carente. Aceitar este desafio é certamente o início de uma nova era no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos

Nesse processo, a escola precisa definir os objetivos e, ao mesmo tempo, uma instituição educacional que, para cumprir seu papel apropriado, apoia a formação humana e a mudança social. De acordo com o artigo 2º da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Além das finalidades gerais da educação, a LDB estabelece, em seu artigo 22, as finalidades da educação básica: “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

A pesquisa será desenvolvida a partir de uma metodologia da análise de literatura e documental sobre o PPP da Escola que pauta-se em uma abordagem

sobre os objetivos educacionais. Por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa realizada.

Para alcançar um padrão de educação, pautado na liberdade de expressão, democracia e ética, é essencial que as instituições de ensino adotem políticas condizentes com esses princípios. A educação não deve limitar-se apenas à transmissão de conteúdos, mas deve promover a formação integral do indivíduo, respeitando sua vivência e valorizando a diversidade cultural. Dessa forma, a educação se torna um espaço de desenvolvimento da cidadania, onde o aluno pode expressar-se livremente, exercer sua capacidade crítica e compreender a importância do respeito ao outro.

Em suma, o processo de ensino-aprendizagem é uma dinâmica complexa e essencial para a formação do indivíduo na sociedade. Ao embasar-se em teorias de aprendizagem relevantes, estabelecer uma relação de confiança entre educador e aluno e adotar políticas educacionais inclusivas, a educação desempenha um papel transformador, capacitando os indivíduos a se tornarem cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e equitativo.

Com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a educação nacional ganhou uma regulamentação para suas atividades. Nesse contexto, a principal finalidade da educação em um mundo globalizado e em constante transformação social é a promoção de pensamentos democráticos e a ênfase na socialização do educando. Diante dessa premissa, é essencial destacar a relevância das finalidades educativas, que fornecem direcionamentos fundamentais para a atuação no campo da Educação.

A BNCC representa um marco na legislação educacional do país, pois estabelece os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros têm o direito de desenvolver ao longo de sua trajetória escolar. Com isso, busca-se garantir a equidade de oportunidades educacionais, independentemente de sua origem, raça, gênero ou classe social, alinhando-se ao princípio de uma educação inclusiva e de qualidade. Promover o pensamento democrático é fundamental, pois capacita os alunos a exercerem sua cidadania de forma consciente, compreendendo a importância da participação ativa na sociedade e do respeito à diversidade de opiniões e perspectivas.

A socialização do educando também merece destaque, pois a escola é um ambiente propício para o convívio social, permitindo que os estudantes aprendam a lidar com suas emoções, desenvolvam habilidades de comunicação e interação com o outro. Aprender a trabalhar em equipe, respeitar as diferenças e cultivar o diálogo são elementos-chave para a formação de cidadãos empáticos e colaborativos.

As finalidades educativas, presentes na BNCC, servem como guia para orientar as práticas pedagógicas, contribuindo para que a educação seja mais significativa e alinhada às necessidades do mundo contemporâneo. Dentre essas finalidades, estão o desenvolvimento do pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural, a promoção da autonomia e da ética, bem como o incentivo ao protagonismo dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem.

Portanto, é fundamental que os profissionais estejam conscientes da importância dessas finalidades e as incorporem de maneira coesa no planejamento e desenvolvimento do currículo escolar. Ao fazerem isso, estarão contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade plural e em constante evolução.

O estudo em questão possui uma ligação direta com minha trajetória educacional e profissional como docente na Secretaria de Educação do Município de Itaberaí/GO, nos anos iniciais Ensino fundamental. Nesta atividade docente observei que, apesar de as escolas seguirem o plano municipal e diretrizes, elas desenvolvem as habilidades dos anos iniciais de forma distinta, o que pode impactar no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, se faz importante mencionar acerca de finalidades educativas.

Ao considerar que escolas públicas municipais precisam ser compreendidas a partir das finalidades educativas que podem estar influenciando tais projetos, surgiu a necessidade de realizar esta pesquisa. Se faz necessário compreender como as finalidades educativas podem auxiliar os educadores do ensino básico.

Definiu-se como objeto da pesquisa as finalidades educativas presentes em um Projeto Político Pedagógico de uma Escola Municipal, neste caso a Escola Municipal Padre Elígio Silvestri de Itaberaí- Goiás. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento interno e aplicabilidade do Projeto Político Pedagógico (PPP) referente às finalidades educativas de uma determinada escola de Itaberaí-Goiás, sob a ótica de gestão democrática, objetivos da escola, os aspectos sociais e sua pedagogia.

Para iniciar a revisão bibliográfica e fundamentação utilizou-se publicações de autores relevantes ao tema como Lenoir (2013, 2016), Libâneo (2016), Libâneo e Silva (2020), Libâneo e Freitas (2018) e Silva e Rebolo (2017). A escolha desses autores se baseou em suas contribuições e problematizações a respeito do processo de ensino-aprendizagem escolar no contexto contemporâneo, principalmente na realidade brasileira, e suas análises críticas sobre a ênfase dada às relações econômicas e à educação para a produtividade, negligenciando a promoção de uma formação cultural que leve em consideração a condição social e histórica dos alunos, bem como suas experiências subjetivas.

Além da revisão bibliográfica, foi realizada uma análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) como instrumento para implementar o ensino-aprendizagem de forma processual. Nessa análise, o foco recaiu sobre o PPP da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, abrangendo reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Sinteticamente, a metodologia do estudo se consistiu em duas etapas: a revisão bibliográfica para fundamentar as reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem, considerando o conceito de finalidades educativas da educação escolar e as abordagens críticas contemporâneas; a análise documental do PPP da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, que serviu como material para a reflexão sobre a influência das finalidades educativas no currículo e no ensino aprendizagem.

No contexto da pós-graduação em educação, outras pesquisas já foram realizadas tendo como foco as finalidades educativas da educação escolar (ALFONSI; ARGOLO; MIRANDA, 2021; ARDOINO, 1979; CHIZZOTTI, 2020; LIBÂNEO, 2020; MILAGRE, 2017; PLACCO, 2021; VENTURA; FREIRE, 2017).

Definiu-se como objetivo geral da pesquisa analisar as finalidades educativas da escola Municipal Padre Elígio Silvestre considerando o Projeto Político Pedagógico da escola. Os objetivos específicos foram:

- Abordar sobre o conceito de finalidades educativas escolares;
- Compreender como as finalidades educativas influenciam nos componentes curriculares;
- Identificar possíveis desafios e oportunidades relacionados às finalidades educativas no âmbito escolar visando ao desenvolvimento integral do aluno.

O texto da dissertação está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo busca-se abordar o conceito de finalidades educativas, as políticas e finalidades

educacionais que norteiam os objetivos e a organização do trabalho da escola. Para isso põe-se o foco na nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando-se a BNCC. Por fim, discute-se o papel do docente em relação às finalidades educativas da educação escolar.

No segundo capítulo, discorre sobre o Projeto Político Pedagógico e finalidades educativas, educação nos anos iniciais: BNCC, encerra com o consenso nos objetivos para educação infantil.

Por fim, o terceiro capítulo, fala sobre as finalidades educativas da escola e o projeto político pedagógico de uma escola no município de Itaberaí/Goiás, a contextualização da instituição escolar, a caracterização do PPP, encerra com as finalidades educativas na escola municipal Padre Elígio Silvestri.

1. FINALIDADES EDUCATIVAS

As finalidades educativas têm relevância tanto no contexto das escolas como instituições socioculturais e políticas quanto no controle das atividades educacionais na sociedade. É importante destacar que essas finalidades se tornaram evidentes nas políticas educacionais, nas reflexões dos educadores e nas práticas das famílias em diversos lares brasileiros. Nesse sentido, é fundamental entender o conceito de finalidades educativas escolares, pois elas devem guiar todas as ações realizadas pelas escolas.

Libâneo (2016) apresenta sua visão acerca das finalidades educativas, demonstrando como essas metas orientam diversas ações e políticas educacionais. Suas contribuições proporcionam uma perspectiva enriquecedora para compreender o papel e a importância das finalidades educativas na construção de um sistema de ensino mais efetivo e abrangente:

As finalidades educativas escolares norteiam as decisões sobre políticas educacionais, currículos, formação dos alunos, levantamentos de conteúdos, organização das escolas, diretrizes de formação de professores e políticas de avaliação dos sistemas de ensino e das aprendizagens escolares. Ao mesmo tempo, as finalidades são as referências principais dos critérios de qualidade do ensino para programas e projetos dos sistemas educacional (LIBÂNEO, 2016, p. 444).

As análises realizadas sobre as finalidades educativas da conjuntura sócio-histórica impõem que sejam iniciadas dos princípios das opções filosóficas, ideológicas etc. Se falando no campo das finalidades, um assunto secundário de todo contexto concreto relacionado as práticas, proporcionando diversas etapas de distanciamento de uma concepção, convicção ou crença.

Ao discorrer sobre o sistema educativo nacional e suas finalidades educativas, é crucial estar atento ao plano do discurso político-ideológico empregado, que permeia todas as estruturas da realidade social e se concretiza em orientações específicas na organização e gestão escolar. Nesse contexto:

As finalidades educativas escolares são norteadoras das orientações dos sistemas escolares, as funções teóricas de sentido e de valor das quais elas são portadoras, bem como as modalidades esperadas dentro das práticas de ensino-aprendizagem. A análise das finalidades permite, assim, perceber sua ancoragem na realidade social, o sentido que elas atribuem ao processo educativo, os desafios e as visões que elas veiculam, bem como as recomendações de atualização em sala (LENOIR, 2016, p. 124).

Ainda, conforme Lenoir (2016), as finalidades educativas correspondem a um assunto muito complexo, e de duplo sentido, muitas vezes, em se tratando de significados e atributos, estão sendo acometidas aprovações políticas e econômica, onde vem a desmistificar o atual sentido dito como educacional, tomando partido em todos os contextos sociais e ideológicos onde refletem literalmente nas políticas educacionais provocando um encaixe em toda estrutura, sendo de valores, organização e o conteúdo de todo e qualquer currículo.

Destaca-se que a etapa de formulação das finalidades educativas está intrinsecamente relacionada às ações e execuções das políticas públicas. Seu planejamento abrange teoria, currículo e didática, embasado em aspectos políticos e diversos conceitos formulados a partir dessa abordagem, que são alvo de análises.

Vários estudos disponíveis na literatura esclarecem aspectos sociais, a execução e o desenvolvimento do currículo escolar pelos professores e, conseqüentemente, o aprendizado dos educandos. Libâneo e Silva (2020, p. 818) argumentam que a questão das finalidades educativas na escola pública é crucial no atual contexto dos estudos sobre a educação pública, visto que dela decorrem outras implicações e posicionamentos sobre as funções preponderantes das escolas.

A contemporaneidade da globalização trouxe mudanças significativas na sociedade, impactando o sistema educacional e resultando em distintas repercussões nos currículos e programas/projetos. Nesse contexto, as finalidades educativas escolares assumiram uma dimensão abrangente e complexa, discutidas amplamente na literatura por autores como Lenoir (2016) e Libâneo (2016), que convergem para uma visão de educação escolar como instituição social de integração. Os autores também apontam o alto orçamento como tema de disputas e interesses sociopolíticos, especialmente por parte de instituições de ensino neoliberais.

Em relação ao atual contexto da sociedade globalizada, as finalidades educativas podem ser compreendidas como estratégias cada vez mais elaboradas a partir de agendas estabelecidas no âmbito da economia política global, essas agendas tem como objetivo traçar um futuro melhor, assim como, proporcionar um ensino melhor, onde as pessoas possam aprender mais. Portanto, os responsáveis pela formulação de políticas e currículos, como técnicos de órgãos públicos, pesquisadores ou integrantes de associações científicas e movimentos organizados de educadores, precisam compreender a origem, a natureza e as intenções das políticas e orientações

provenientes de organismos e agências multilaterais no mundo globalizado (FREITAS, 2012).

Dentro desse contexto, é fundamental compreender o papel da escola na efetivação das finalidades educacionais. A instituição de ensino desempenha um papel crucial ao mediar o processo de ensino-aprendizagem e abordar as finalidades educativas para guiar a formação educacional do aluno.

Em outra perspectiva, Cavalcante e Farias (2020), bem como Lobo (2009) enfatizam a abrangência da questão, pois a escola se torna um local prioritário para disseminar as ideologias de uma lógica economicista da educação que permeia os sistemas de ensino, como currículos, avaliações e práticas pedagógicas. Além disso, as habilidades aplicadas para atender às demandas da globalização estão em consonância com a atualidade.

Com um plano acadêmico bem definido pela instituição de ensino, os autores Libâneo e Silva (2020, p. 819) destacam o papel social das escolas, que pode gerar acirrados desacordos. Ou seja, os autores ressaltam a inexistência de consensos relacionados à qualidade do ensino, considerando os objetivos e finalidades expostos perante a política neoliberal atribuída à educação.

As influências das orientações neoliberais nas finalidades da escola têm se mostrado significativas nas últimas décadas, uma vez que essa abordagem ideológica enfatiza a lógica de mercado e a redução do Estado nas políticas públicas, incluindo a educação. Vêm fazendo uma abordagem relacionada ao mercado, várias técnicas de gerenciamentos, desvalorizando o conteúdo político relacionado com a cidadania. O neoliberalismo tem posicionado os alunos e os pais de alunos como meros consumidores.

Dessa forma, as finalidades educacionais são afetadas por princípios que priorizam o atendimento das necessidades básicas e produtivas da sociedade, muitas vezes negligenciando aspectos mais amplos e humanistas da formação dos alunos.

Segundo Ball (2008), o neoliberalismo influenciou as políticas educacionais em várias nações, direcionando-as para uma perspectiva mais utilitarista e economicista. A ênfase passou a ser dada ao desenvolvimento de habilidades técnicas que atendam às demandas do mercado de trabalho, visando ao aumento da competitividade e produtividade.

Essa visão neoliberal também pode ser observada na obra de Apple (2006), que destaca como as finalidades educacionais têm sido moldadas para se alinharem

com os interesses do capital e da economia globalizada. As escolas são cada vez mais pressionadas a formar trabalhadores flexíveis, adaptáveis e empreendedores, deixando de lado reflexões críticas e enfoques humanistas do processo educativo.

No contexto brasileiro, Santos (2016) argumenta que as políticas neoliberais têm sido responsáveis por reconfigurar as finalidades da escola, enfatizando a formação de mão de obra qualificada e submetendo a educação a lógicas mercadológicas. Essa abordagem tem impactado diretamente a qualidade do ensino e a desigualdade educacional, já que nem todos os estudantes têm acesso às mesmas oportunidades formativas.

As argumentações de Laval (2019) e Callas (2020) convergem ao abordar o caráter intencional do neoliberalismo no sistema educacional, o qual influencia diretamente as finalidades educativas. Eles destacam como a escola se tornou um espaço de subjetividade e criação, mas também é vista como um local mantenedor de um sistema produtivo ligado à competição, responsável por alterar as relações do indivíduo consigo mesmo. Nesse contexto, a eficiência é assegurada como alicerce, e o desenvolvimento de cada educando é moldado para que se tornem empreendedores e gestores de si mesmos, resultando em uma competição constante entre os discentes e a equipe escolar.

Em outro estudo, Milagre (2017) analisa as finalidades educativas escolares presentes em documentos que definem políticas e diretrizes relacionadas à educação em âmbito nacional. O objetivo é compreender a eficácia social do ensino, considerando a complexificação das diferenças na sociedade e as possíveis produções de significados estruturais e culturais que podem ser compartilhados e unificados pelos membros.

Contudo, ainda não há um acordo entre as instituições, visto que proporcionam diferenças ideológicas nas representações e finalidades, sendo vistas ora como instituições políticas, ora como religiosas. No entanto, atualmente, essas instituições não exercem mais apenas esse papel. Elas passaram por transformações internas, debates sobre individualização radical e assumiram um papel unificador e de muita responsabilidade. De acordo com Ardoino (1979), uma variedade de modalidades e projetos educativos pode desempenhar as finalidades educativas.

A variedade de hipóteses, finalidades e concepções que fragmentam e inspiram as ações educativas [...] O projeto se refere sempre, implícita ou explicitamente, a uma filosofia de valores expressos por uma visão mundial.

[...] Projeto educativo e de sociedade e são indissociáveis (ARDOINO, 1979, p. 365).

Ao longo da história, as finalidades educativas escolares têm passado por transformações significativas, refletindo as mudanças políticas, sociais e tecnológicas vivenciadas pela sociedade. Inicialmente, o objetivo principal da educação era proporcionar uma formação integral para as crianças, abrangendo aspectos cognitivos, sociais, emocionais, culturais e físicos, além de buscar uma escola socialmente justa, capaz de oferecer uma educação de qualidade para todos.

Entretanto, ao longo do tempo, com o avanço da globalização, a revolução tecnológica e as demandas do mercado de trabalho, as finalidades educativas foram se reestruturando para atender às novas necessidades e desafios da sociedade contemporânea. Algumas das principais transformações que ocorreram estão dispostas no quadro 1.

No quadro 1 é possível observar as finalidades educativas para a etapa da educação escolar oferecida às crianças. Como por exemplo, o desenvolvimento da criatividade, social e emocional, a inclusão e diversidade e o desenvolvimento físico, possuindo como principal objetivo o desenvolvimento do educando, assegurando dessa maneira a formação comum que se torna indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo meios para que possa progredir no trabalho e em estudos posteriores, como é possível observar a seguir:

Quadro 1 - Finalidades educativas

Finalidades dos anos iniciais da educação	Descrição
Desenvolvimento da criatividade	Incentivar a capacidade de inovação e solução criativa de problemas cotidianos dos alunos.
Desenvolvimento social e emocional	Promover o crescimento social e emocional das crianças, enfatizando a empatia, solidariedade e respeito ao próximo.
Inclusão e diversidade	Fomentar a inclusão e valorizar a diversidade para criar indivíduos conscientes e tolerantes.
Desenvolvimento físico	Estimular o desenvolvimento físico das crianças, com a promoção de hábitos saudáveis e atividades físicas.

Fonte: A autora (2023).

Diante desse contexto, são inúmeros os desafios do ensino nos anos iniciais, os quais abrangem desde a formação adequada dos professores até a disponibilidade

de materiais didáticos apropriados e a melhoria das condições físicas das escolas, entre outros aspectos importantes. Para enfrentar tais desafios de maneira ponderada e coerente com a tabela apresentada, é imprescindível que as finalidades educativas estejam cuidadosamente alinhadas com a realidade dos alunos e com as necessidades da comunidade escolar.

As finalidades educativas propostas pelo Plano Decenal¹, que aborda os direitos da criança e do adolescente, apontam para o interesse do governo em estabelecer parcerias com empresas privadas e organismos internacionais. Essas parcerias visam fortalecer espaços de acordos institucionais e estão em conformidade com as políticas e diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse sentido, Libâneo (2016) destaca que as reformas educacionais têm sido influenciadas por organismos internacionais, como parte de um processo que busca priorizar o ensino básico, erradicar o analfabetismo e promover a educação fundamental regular.

Essas finalidades educativas refletem a busca por desenvolvimento em países que enfrentam dificuldades financeiras e estão em processo de evolução. O foco na aprendizagem básica é uma estratégia para superar desafios e garantir o acesso à educação para todos os cidadãos.

Assim, é possível descrever, também, que as finalidades educativas para os primeiros anos são importantes para descrever como os estudantes irão se comportar a longo prazo, ou seja, no decorrer dos seus estudos, são os objetivos ou metas que se espera alcançar por meio da educação. Tais finalidades estão relacionadas com o desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando diversas dimensões, como cognitiva, emocional, social, cultural e ética.

Assim, as finalidades educativas escolares apresentadas fazem uma reflexão de como é possível a educação ser progressista no desenvolvimento humano deixando de atingir a real função da escola, que é proporcionar um desenvolvimento humano aos seus alunos, tratando de toda ou qualquer dimensão sendo elas: afetiva, estética, cognitiva e moral. Promove, ainda, aos referidos estudantes sua participação crítica e

¹ O Plano Decenal contempla o decênio 2014-2024 instituído pela Lei 13.005/2014 que definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira e estabeleceu 20 metas para serem cumpridas nessa vigência.

totalmente ativa na vida cultural, social e principalmente na vida profissional o autor destaca que:

O currículo leva em consideração o conhecimento local e cotidiano dos alunos, esse conhecimento nunca poderá ser uma base para o currículo. Os conhecimentos são importantes para a formação dos alunos, sob a forma de conceitos, estarão fora de seu cotidiano e até mesmo irão contrapor-se a esse cotidiano (YOUNG, 2007, p. 615).

O texto destaca a importância das finalidades educativas escolares como reflexo do potencial da educação em ser progressista no desenvolvimento humano. No entanto, ressalta que, muitas vezes, a escola não consegue cumprir sua real função de proporcionar um desenvolvimento integral aos alunos, abrangendo dimensões afetivas, estéticas, cognitivas e morais. O desenvolvimento integral é um conjunto de métodos usados para melhorar a aprendizagem dos alunos.

A proposta apresentada sobre a globalização tende a unificar currículos e práticas, objetivando uma instrumentalização do cidadão. Diante deste cenário de novas tecnologias as escolas portanto pode ir além, em busca de novos objetivos de cidadania e libertação, partilhando ideias e criando condições para que aconteça a percepção crítica, ensinando a viver em uma busca constante de aprendizado.

A base baseia-se na preparação humana através do desenvolvimento físico, emocional, simbólico, intelectual e social. Ainda, aponta que a educação deve promover a participação ativa e crítica dos estudantes na vida cultural, social e profissional.

A contribuição de Young (2007) enfatiza a relevância do currículo em considerar o conhecimento local e cotidiano dos alunos. No entanto, ele ressalta que esse conhecimento não pode ser a única base do currículo, pois é importante que os alunos sejam expostos a conhecimentos que vão além de seu cotidiano, apresentando conceitos que possam desafiá-los e ampliar suas perspectivas.

Portanto, o papel das finalidades educativas escolares é abraçar uma abordagem progressista que valorize tanto o conhecimento local e cotidiano dos alunos quanto a introdução de conceitos que os levem a expandir seus horizontes e desenvolver uma visão crítica do mundo. Dessa forma, a educação pode se tornar verdadeiramente significativa e promover um desenvolvimento humano completo e abrangente para os estudantes.

1.1 Conceito de finalidades educativas

O neoliberalismo exerce uma forte influência na educação escolar, especialmente nas escolas públicas, onde as finalidades educativas acabam priorizando os interesses capitalistas e a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. Nesse contexto, é fundamental discutir as políticas educacionais e curriculares para entender o propósito das finalidades educativas na educação escolar.

As finalidades educativas têm relação direta com as decisões sobre os objetivos de formação dos alunos, bem como com as orientações curriculares e a organização e gestão das instituições de ensino. Elas visam estabelecer critérios de qualidade e valores para a educação, orientando, assim, as políticas educacionais e diretrizes curriculares que guiam o trabalho dos educadores (LIBÂNEO, 2019).

Lenoir (2016) destaca a importância das finalidades educativas escolares, que podem promover orientações explícitas ou implícitas nos sistemas escolares, assim como funções teóricas de sentido e valor. Além disso, essas finalidades auxiliam na definição das modalidades utilizadas nos planos empírico e operatório das práticas de ensino-aprendizagem.

Ao analisá-las, é possível perceber sua ancoragem na realidade social do aluno, bem como o sentido que atribuem ao processo educativo e os desafios que apresentam, refletindo-se na sala de aula (LENOIR, 2016, p. 124).

Libâneo (2014) ressalta que a educação escolar, objeto das finalidades educativas, ocupa uma posição central nas políticas sociais e nos gastos públicos, tornando-se um conflito entre diversos interesses sociais e políticos presentes na sociedade.

No entanto, é importante salientar que as finalidades educativas têm sido alvo de questionamentos complexos e controversos, enfrentando duras críticas e interpretações divergentes. A influência dos imperativos econômicos e políticos acaba distorcendo os propósitos educacionais, afastando-os de uma formação mais abrangente e emancipatória.

Portanto, as finalidades educativas têm a responsabilidade de representar as relações pretendidas pelo ensino escolar, determinando os objetivos, a organização educacional e as práticas pedagógicas. Nesse contexto, é preciso compreender como

as estratégias e ferramentas de internacionalização das políticas educacionais, dentro do contexto de um capitalismo globalizado, influenciam as escolas públicas no Brasil.

Assim, é possível estabelecer a relação entre as FEE e os objetivos dos sistemas educacionais, bem como as normas da qualidade da educação escolar e os segmentos para a formulação de currículos, objetivos de formação escolar, estratégias organizacionais e gestão escolar. Dessa forma, apresenta-se a explicação que destaca tal relação entre as FEE e os objetivos dos sistemas educacionais, resultando nos pilares dos CEFFA's². Essa proposta pedagógica tem como base o sistema de alternância, no qual os estudantes alternam períodos de estudos teóricos em uma escola central (escola-base) com períodos de práticas e vivências em suas próprias famílias e comunidades.

Essa alternância entre os momentos de formação na escola-base e o retorno para a vivência no campo é essencial para que os estudantes possam aplicar os conhecimentos adquiridos em seu contexto real, enriquecendo suas experiências e tornando o aprendizado mais significativo. Essa abordagem pedagógica busca valorizar e respeitar os saberes e práticas locais das comunidades rurais, promovendo uma educação mais contextualizada e alinhada às necessidades e demandas dessas populações.

A relação dos Centros Familiares de Formação por Alternância com as finalidades educativas é muito relevante, pois essa proposta pedagógica está intimamente ligada aos objetivos da educação no contexto rural. Os CEFFA's têm como finalidade proporcionar uma educação que esteja conectada à realidade e às vivências dos estudantes no campo, fortalecendo a identidade cultural das comunidades rurais e contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

De acordo com Libâneo (2013), a educação deve estar voltada para a formação plena dos indivíduos, considerando não apenas aspectos intelectuais, mas também sociais, emocionais e culturais. Os CEFFA's, ao promoverem a alternância entre a escola e a vida no campo, permitem que os estudantes desenvolvam suas habilidades e competências de forma mais abrangente, possibilitando a construção de uma educação mais completa e humanizada.

Nesse sentido, os CEFFA's também estão alinhados com a perspectiva de uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos. Segundo Gadotti (2014), a

² Centros Familiares de Formação por Alternância.

educação deve ser um processo de libertação, que permita aos indivíduos o pleno exercício de sua cidadania e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade em que estão inseridos. Através da alternância, os estudantes dos CEFFA's têm a oportunidade de vivenciar diferentes contextos e realidades, o que contribui para uma visão mais ampla e crítica do mundo.

Pode-se identificar um roteiro sequencial de decisões que é adotado na organização dos sistemas escolares. Esse roteiro tem início com a definição das finalidades educativas e dos critérios de qualidade, que servem como direcionadores das políticas educacionais. Essas finalidades e critérios são então refletidos nas orientações curriculares, que por sua vez, têm impacto direto nas escolas e no trabalho realizado pelos professores em sala de aula.

Assim, pode-se observar a influência das finalidades educativas e dos critérios de qualidade em todas as etapas do processo educacional, desde o nível macro das políticas até o nível micro da sala de aula. Essa articulação entre as diferentes instâncias da educação é fundamental para garantir uma educação mais coerente e alinhada com os objetivos e valores definidos pelos sistemas escolares.

As finalidades educativas implícitas permitem que não se direcionem quanto ao desenvolvimento intelectual, moral e afetivo das crianças e dos adolescentes, permanecendo-os em condição de desigualdade de aprendizagem e manutenção, resultando na desigualdade social e ainda educacional como um dos fatores primordiais (LIBÂNEO, 2020, p. 3).

No âmbito escolar, é possível proporcionar o desenvolvimento da personalidade individual e o aprimoramento das aspirações dos estudantes, capacitando-os para a convivência social. A aprendizagem escolar desempenha um papel crucial, pois a educação permeia todos os aspectos da vida, ao longo de toda a existência, em diferentes contextos, como a vida privada, social e nas interações com os outros.

Em um estado democrático, o objetivo é promover o exercício pleno da cidadania e a integração de toda a população como uma comunidade de cidadãos. Para isso, é essencial oferecer às pessoas as habilidades intelectuais e sociais necessárias para participarem ativamente da vida pública, exercendo seus direitos e cumprindo suas obrigações. Essa integração é fundamental para um convívio harmonioso e solidário entre todos os membros da sociedade, baseado na premissa de que todos são indivíduos livres, iguais e emancipados (SCHNAPPER, 1994).

1.2 Políticas e finalidades educativas

A educação dos anos iniciais é a primeira e indispensável etapa da educação básica, representando o ponto de partida para o processo de escolarização dos indivíduos. É nessa fase que as crianças têm um novo contato com o meio social, além do âmbito privado das famílias, desempenhando um papel fundamental em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

No Brasil, a legislação reconheceu a importância da educação infantil ao estabelecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/1996, que tornou a educação infantil o primeiro nível da educação básica nacional. A partir dessa mudança, essa etapa passou a ser considerada também educacional, com o objetivo de oferecer uma base sólida para a aprendizagem e o crescimento dos alunos ao longo de sua trajetória educacional.

A LDB de 1996 também tornou obrigatória a oferta da educação infantil para crianças de 4 e 5 anos de idade. Isso significa que todas as crianças nessa faixa etária têm o direito garantido de frequentar escolas regulares de educação infantil, também conhecidas como pré-escolas. O Estado deve assegurar a oferta de vagas para todas essas crianças, buscando garantir o acesso e a qualidade da educação para essa faixa etária.

Nesse contexto, as políticas educacionais desempenham um papel fundamental na regulamentação das práticas educacionais. Elas podem ser definidas como um conjunto de diretrizes, normas, programas e ações que visam aprimorar a qualidade da educação oferecida em um país, estado ou município. Seu objetivo principal é garantir o acesso, a equidade e a excelência na educação, promovendo a formação integral dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

As políticas educativas no Brasil são definidas pelo Ministério da Educação (MEC), em colaboração com os governos estaduais e municipais. Dentre as principais políticas adotadas destacam-se a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, cada um com suas finalidades específicas, atendendo a diferentes faixas etárias e objetivos educacionais.

A Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, proporcionando um ambiente adequado para a exploração, aprendizagem e socialização. O Ensino Fundamental, por sua vez, atende

crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, com foco na alfabetização e formação básica para a cidadania. Já o Ensino Médio é destinado aos jovens de 15 a 17 anos, visando a formação geral e o desenvolvimento de habilidades e competências para o mundo do trabalho e a cidadania plena.

Em suma, as políticas educacionais são fundamentais para orientar e aprimorar a educação no Brasil, garantindo o acesso, a qualidade e a formação integral dos estudantes em todas as etapas da educação básica. O reconhecimento da educação infantil como o primeiro nível da educação básica nacional representa um avanço significativo na promoção de um ambiente educacional adequado e inclusivo, preparando as crianças para um futuro de aprendizagem contínua e pleno exercício da cidadania.

A educação infantil desempenha um papel importante no desenvolvimento das crianças, buscando promover o desenvolvimento integral dos aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais dos indivíduos nessa fase. De acordo com Oliveira (2018), a educação infantil tem como finalidade proporcionar experiências que contribuam para a formação da identidade pessoal, o desenvolvimento da autonomia, a socialização, a expressão e a comunicação por meio de diferentes linguagens, além de estimular a curiosidade e a busca pelo conhecimento.

Essas finalidades educativas têm evoluído ao longo dos anos, reflexo das mudanças sociais e das concepções pedagógicas. No entanto, a prática da educação infantil também enfrenta desafios e contradições que impactam sua efetividade. Um dos principais problemas é a desigualdade de acesso e qualidade da educação oferecida às crianças. Segundo o Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO (2020), a frequência à educação infantil é mais baixa em países de baixa renda, onde apenas 53% das crianças de até 3 anos têm acesso, comparado a 80% nos países de renda alta.

Essa disparidade no acesso à educação infantil reflete a necessidade de políticas públicas mais consistentes e investimentos em infraestrutura, formação de professores e recursos pedagógicos adequados. Além disso, é preciso superar concepções antiquadas da infância e da educação infantil que não valorizam devidamente a singularidade desse período crucial na vida das crianças.

É fundamental reconhecer a importância da educação infantil como um direito de todas as crianças e um investimento para o desenvolvimento futuro da sociedade. A efetivação das finalidades educativas dessa etapa exige o comprometimento de

governos, instituições de ensino, profissionais da educação e da sociedade como um todo.

Diante desse contexto, entende-se que as finalidades indicam, uma orientação filosófica e valorativa, visto que explicitam os valores escolhidos e que dão fundamento à organização do sistema educativo. Tal ponto de vista é divergente no que se refere aos objetivos relacionados aos resultados mais precisos, circunscritos e voltados a ações concretas delimitadas para certo período, incluindo as metas quantificáveis.

Em estudos realizados sobre práticas de ensino, as finalidades educativas se tornam importantes indicadores para identificar as orientações referentes aos sistemas escolares, reconhecendo as finalidades educativas e analisando as políticas curriculares relacionadas. Além das funções é possível realizar uma articulação dos projetos estratégicos, ideológicos e políticos.

As finalidades educativas requerem uma compreensão baseada em uma dupla contextualização. Primeiramente, Lenoir (2016) aborda a percepção das dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, linguísticas e religiosas que estão relacionadas ao sistema educativo e podem influenciar as concepções de finalidades, tanto de forma explícita quanto implícita, por parte dos professores e da comunidade escolar. Em segundo lugar, o mesmo autor aborda a importância de compreender diversas dimensões de contextos próprios ou de alguns recortes analíticos, que afetam os processos de ensino-aprendizagem, sendo o currículo uma questão prioritária a ser considerada.

Dessa forma, as finalidades educativas são maneiras de explicitar os valores selecionados como base para a organização do sistema educativo, buscando estabelecer uma direção a ser seguida, sem que sejam apenas metas abstratas e desconexas dos processos intencionais (LENOIR, 2016).

Referindo-se ao sistema escolar, Libâneo (2019) enfatiza que o planejamento das finalidades educativas é uma exigência fundamental no planejamento e na execução de todas as ações públicas realizadas no campo da educação. Essas finalidades delimitam as orientações básicas para as políticas educacionais e também para o delineamento dos currículos e sua operacionalização nas escolas. Elas são geralmente enunciadas no preâmbulo de planos, projetos e documentos normativos, seja de forma explícita ou velada, o que requer dos pesquisadores um trabalho de compreensão para captar seu real sentido e intencionalidade (LIBÂNEO, 2019).

No âmbito global dos sistemas educacionais sob a responsabilidade do Estado, diferentes concepções de finalidades educativas escolares são destacadas. Existe uma hegemonia do modelo neoliberal, que reduz as finalidades da escola à qualificação dos alunos para a empregabilidade e ao fornecimento de noções de cidadania (Hegemonia das ideias neoliberais). Conforme apontado em diversos estudos, essa orientação das finalidades educativas impacta na fundamentação das políticas educacionais, dos currículos e na direção dos processos de ensino-aprendizagem (LIBÂNEO, 2016).

A visão economicista do sistema educacional brasileiro faz com que a educação deixe de ser uma aposta pública promissora voltada para o bem comum e se torne um bem de consumo, limitando a função da escola a ser mera transmissora de conhecimentos e habilidades voltadas para o mercado de trabalho. Essa abordagem restringe o potencial da educação em contribuir para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

O contexto educacional contemporâneo reflete a influência do pensamento neoliberal e economicista nas finalidades educativas das escolas e nas políticas de educação em âmbito internacional. Essa abordagem está associada a objetivos econômicos, buscando democratizar a educação para elevar os níveis gerais de instrução da população e formar mão-de-obra para impulsionar o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que enfatiza a ideia de que a educação deve atender aos interesses do mercado (LIBÂNEO, 2019).

As finalidades educativas escolares materializam-se em currículos pedagógicos, formas de organização e gestão escolar, práticas de ensino e aprendizagem, formação de professores e práticas de avaliação. No entanto, esses objetivos são influenciados por diferentes perspectivas sobre a qualidade de ensino, o que resulta em fragilidades nas políticas públicas educacionais no Brasil (LIBÂNEO, 2019).

Libâneo (2019) apresenta algumas visões distintas acerca das finalidades educativas da escola:

A visão da pedagogia tradicional busca preparar intelectual e moralmente os alunos para assumirem papéis pré-determinados na sociedade, com o educador exercendo um papel central na formação, transmitindo conhecimentos tradicionais alheios às condições individuais e sociais de aprendizagem.

A visão neoliberal e o currículo de resultados se concentram em quatro finalidades educativas escolares: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, desenvolvimento humano, preparação para o mercado de trabalho e adaptação ao meio social e de convivência. Essas visões constituem uma política de compensação para minimizar a pobreza e inserir os pobres que não se adaptam ao processo de modernização.

A visão sociológica-intercultural e o currículo sociocultural englobam diversas orientações teóricas educacionais, onde as finalidades educativas estão fortemente vinculadas às relações de poder, ideologias e, principalmente, à cultura. Nesse sentido, a educação busca capacitar os alunos a desenvolverem suas subjetividades, expressarem suas experiências e vozes, e fortalecerem seu poder de transformação das condições sociais, culturais e materiais.

A visão dialética histórico-cultural e o currículo de formação cultural e científica pressupõem que a educação é essencial para democratizar a sociedade e promover a inclusão social. A educação escolar é vista como propiciadora de meios para a apropriação dos saberes sistematizados que são construídos socialmente, utilizando-os como ponto de partida para o desenvolvimento das habilidades intelectuais e a formação da personalidade, por meio de atividades de aprendizagem socialmente mediadas. Essa visão valoriza a relação entre os conteúdos escolares e as práticas socioculturais e institucionais em que os alunos estão inseridos em suas histórias e cotidianos.

Podem ser apontados sete indicadores que caracterizam conceitos altamente contestados, todos presentes no conceito de finalidades educativas:

1. O conceito admite tanto uma avaliação positiva, quanto uma avaliação negativa, acabando por produzir juízos de valor;
2. A profunda complexidade interna do conceito permite os mais diversos entendimentos;
3. O conceito admite diferentes descrições e, conseqüentemente, significados variados;
4. Tais conceitos podem ter seus significados revistos a qualquer momento em conformidade com as circunstâncias;
5. As diferentes possibilidades de interpretação desses conceitos altamente contestados são reconhecidas, porém, não esvaziam as discussões entre as partes opositoras quanto à concepção defendida;
6. O conceito admite raízes comuns dentre as diferentes interpretações que comporta, como também elementos sócio-históricos convergentes;
7. A competição em reforçar um determinado conceito frente aos demais não enfraquece o reconhecimento de que não há entre as variadas interpretações aquela que melhor representa o conceito. As finalidades educativas não são neutras, uma vez que encerram em si concepções de sociedade e de educação. [...] Elas traduzem um projeto político e ideológico de sociedade e de educação, portanto refletem a realidade social na qual se inscrevem: o jogo de interesses, os valores hegemônicos, as lutas de classe (JUNQUEIRA, 2022, p. 45-46).

A concepção de finalidades educativas é um tema altamente contestado e complexo, apresentando diversos indicadores que o caracterizam dessa forma. Primeiramente, a possibilidade de avaliações positivas e negativas sugere que o conceito pode ser visto de maneiras distintas, gerando juízos de valor variados. Além disso, a sua profunda complexidade interna permite diferentes entendimentos, o que pode levar a interpretações diversas e até mesmo conflitantes.

Outro ponto relevante é que as finalidades educativas podem ser descritas de maneiras distintas, e, conseqüentemente, adquirirão significados variados de acordo com o contexto em que são aplicadas. Isso faz com que o conceito seja passível de revisão em conformidade com as circunstâncias, o que torna sua definição mais fluída e adaptável.

O fato de diferentes possibilidades de interpretação coexistirem não esvazia as discussões entre as partes opositoras quanto à concepção defendida. Pelo contrário, essas diferentes visões podem levar a debates acalorados e divergentes sobre o propósito e o alcance das finalidades educativas.

É importante destacar que o conceito de finalidades educativas não é neutro, pois carrega consigo concepções de sociedade e de educação. Ele reflete um projeto político e ideológico inserido na realidade social em que se insere. Assim, as finalidades educativas são influenciadas pelo jogo de interesses, pelos valores hegemônicos e pelas lutas de classe presentes na sociedade.

Essa riqueza de significados e a complexidade das finalidades educativas tornam o conceito desafiador e objeto de análise constante. A sua compreensão plena requer a consideração de diferentes perspectivas e a reflexão sobre as implicações políticas e sociais que ele carrega. É importante que educadores, gestores educacionais e pesquisadores se mantenham atentos a esses indicadores para uma atuação consciente e comprometida com a construção de uma educação significativa e transformadora (JUNQUEIRA, 2022).

Acerca dos propósitos educacionais a Constituição Federal preconiza três finalidades educativas escolares fundamentais, como sintetiza Chizzotti (2020):

- 1) Pleno desenvolvimento da pessoa: coloca a escola enquanto responsável por propiciar a realização da personalidade de cada aluno – inclui o desenvolvimento de aspirações, talentos e virtualidades pessoais, auxiliando cada cidadão na realização de sua vida de acordo com seus interesses, no convívio de seus

concidadãos. Entende-se, portanto, que a aprendizagem escolar impacta profundamente em todos os âmbitos e ao longo de toda a vida, seja em sua esfera privada ou suas relações interpessoais, na vida social e nas interações sociais.

2) Preparo para o exercício da cidadania: trata-se de uma consequência lógica da formação da personalidade, tendo em vista que essa só é possível quando em conjunto com a capacidade de convivência solidária com concidadãos, de maneira apta para a construção e preservação dos laços afetivos e sociais que unem uns sujeitos aos outros. De forma geral, portanto, a socialização é vista como fator essencial na construção da personalidade. Essa finalidade é bastante variável de acordo com o tempo e espaço; a formação cívica e dos direitos humanos são questões tanto antigas quanto permanentes e atuais nos estados modernos, estando sujeita a diversas concepções de cidadania.

A cidadania é um direito, juridicamente garantido a todos os indivíduos, membros do Estado, que atribui ao indivíduo-cidadão os direitos civis, sociais e políticos para participar da vida econômica, política e social, e ser candidato às funções públicas, tendo, em contrapartida, a obrigação de respeitar as leis, contribuir para as despesas coletivas e defender a sociedade da qual é membro. Compreende, pois, o cultivo do sentimento de pertença a uma comunidade de cidadãos e o compromisso de promover a coexistência harmoniosa e o desenvolvimento mútuo das pessoas e das comunidades das quais faz parte. A cidadania não se confina ao conjunto de direitos legais de liberdades políticas, fundamentado nos liames jurídico-políticos de um Estado abstrato, ela pressupõe a partilha e o usufruto dos valores e a garantia dos benefícios sociais disponíveis para toda a sociedade, como saúde, educação, segurança, proteção social. O preparo para o exercício da cidadania no Estado democrático visa integrar toda a população em uma comunidade de cidadãos e dar a todos a capacidade intelectual e social necessária para participar da vida pública: exercer direitos e cumprir obrigações para garantir o convívio solidário com outros membros da sociedade, composta por indivíduos, também livres e iguais, emancipados de todo poder arbitrário e com autonomia pessoal para se conduzir conscientemente na vida coletiva, participando dessa comunidade por laços de solidariedade e identidade na cultura nacional (CHIZZOTTI, 2020, p. 14).

3) Qualificação para o trabalho: há, no desenvolvimento pessoal, a suposição de um percurso escolar que propicie, na vida adulta, possibilidade de trabalho ou um ofício. Pressupõe que o percurso subjetivo de cada aluno o guiará em direção à construção de um projeto de vida que o leve à possibilidade de se sustentar com seu trabalho. Para que os cidadãos sejam inclusos na comunidade, entende-se que é necessário que eles contribuam, a partir de um trabalho com estabilidade, para a produção de bens e de serviços benéficos para toda a sociedade, proporcionando, ainda, para eles próprios, a capacidade de suprir suas necessidades essenciais de consumo e de qualidade de vida.

Alfonsi, Argolo e Miranda (2021, p. 2-3) analisam o cenário de transformação das finalidades escolares e a possibilidade de contemplar dimensões psicológicas no processo:

A escola contemporânea vive um momento de sobrecarga e pressão pela ampliação de suas finalidades. Inserida em um cenário diverso, plural e em transformação, vive a tensão entre a distância dos modos de atuação docente, ainda fragmentado e descontextualizado, e as demandas de aprendizagem e realidade social dos estudantes da atualidade. Nesse cenário, consideramos que uma escola comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos deve abarcar suas emoções, sentimentos, desejos, sonhos e dores, visto que são componentes indissociáveis da capacidade de conhecer e aprender e que pensamento e aprendizagem se desenvolvem em contextos culturais, sociais e emocionais, envolvendo corpo e mente. Sendo o desenvolvimento integral do aluno uma finalidade educativa irreduzível, as dimensões intelectuais, sociais, emocionais, éticas e morais necessitam fazer parte, explicitamente, dos projetos escolares e das práticas efetivadas no cotidiano da escola. Os objetivos escolares devem contemplar o desenvolvimento de todos os aspectos dos estudantes, sempre por meio de práticas educativas intencionais, para que se efetive o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes. No entanto, nem todas essas dimensões são sempre, de fato, atendidas. Embora seja sabido que a atenção ao desenvolvimento emocional dos jovens é um dos desafios a ser incorporado e superado nas práticas pedagógicas e nas relações que os docentes estabelecem com seus alunos, a literatura aponta que o conhecimento sobre o desenvolvimento biopsicossocial, principalmente do adolescente, não é evidenciado na formação inicial e continuada do professor [...].

Nessa concepção, além de proporcionar aos alunos condições de ensino-aprendizagem em relação a conteúdos relevantes, o docente ainda vai se deparar com fatores da cultura, moral, ética e sociedade de maneira diferenciada. Estes fatores são responsáveis pela criação de formas relacionais e por gerar situações que podem se tornar problemáticas e para as quais será necessário desenvolver uma forma de lidar. Dessa forma, é necessário que a formação docente contemple a integralidade do desenvolvimento do sujeito, com ampliação da perspectiva cognitiva relacionada ao conteúdo e inclusão da formação da ordem da pedagogia, metodologia e dos fatores psicossociais e histórico-culturais (ALFONSI; ARGOLO; MIRANDA, 2021).

Os autores pontuam que professores de anos iniciais relatam, com frequência, dificuldades relacionadas à falta de informação e de formação a respeito do desenvolvimento cognitivo e emocional. Destacam a necessidade de especificar os elementos que precisam ser contemplados na formação de professores, considerando as múltiplas questões têm sido colocadas à escola e aos seus agentes. Pressupõe-se, assim, que somente o conhecimento técnico dos profissionais não é capaz de

suprir as necessidades reais da sala de aula. Observa-se a premência dos professores em adquirirem e colocarem em prática habilidades diversas, em prol do auxílio, aos alunos, no desenvolvimento integral, capaz de gerar muita ansiedade e angústia.

O desenvolvimento emocional é considerado [...] uma finalidade educativa essencial à escola, e que deve estar relacionado ao ambiente escolar de forma mais expressiva, ser contemplado nos projetos educativos, no projeto político pedagógico, no currículo, nos conteúdos estudados, pois, ao ser ignorado, pode se tornar um obstáculo às aprendizagens, sejam de ordem cognitiva, social ou emocional. Neste prisma, [...] os conhecimentos, e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem são permeados por aspectos ligados ao valor da vida, ao cuidado de si, ao cuidado do outro e ao cuidado do mundo (ALFONSI; ARGOLO; MIRANDA, 2021, p. 4).

A fim de contemplar a integralidade da subjetividade do aluno no processo de ensino-aprendizagem e suas finalidades, torna-se necessário garantir que isso ocorra desde a formação inicial dos professores. Além disso, levando em conta as variáveis históricas e temporais das sociedades, é fundamental investir em formação continuada, proporcionando um processo permanente de reflexão e implicação.

Placco, Callas e Barbosa (2021) apresentam dados que evidenciam a falta de clareza e os desacordos em relação às finalidades educacionais escolares, o que compromete os objetivos da escola em assegurar a aprendizagem dos alunos e a construção de um ambiente propício ao conhecimento. Para alcançar uma escola socialmente justa no Brasil, os autores defendem a necessidade de revisar e discutir a pluralidade das finalidades.

Essa reestruturação tem como objetivo alcançar uma escola que humanize e promova o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, integrando os conhecimentos científicos com os conhecimentos locais. Nesse sentido, a escola não deve se restringir apenas a preparar os alunos para o mercado de trabalho, mas também capacitá-los para a cidadania e a vida em sociedade.

As ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas como recursos para favorecer a redução das desigualdades sociais, contribuindo para uma cultura digital democrática nas escolas. No entanto, mesmo superando as desigualdades tecnológicas, ainda é necessário um percurso formativo para que os professores fortaleçam seus trabalhos pedagógicos e didáticos com o uso adequado dos recursos tecnológicos digitais, que não devem ser apenas equipamentos e plataformas de ensino.

A cultura digital agrega valor à finalidade essencial da formação integral do indivíduo e suas finalidades derivadas. Portanto, é fundamental que as tecnologias digitais sejam integradas ao currículo e à formação continuada, promovendo a construção de uma cultura digital presente nas escolas públicas, acessível às classes sociais menos favorecidas e possibilitando a formação integral do ser humano.

Quando toda a comunidade escolar compreender e traduzir as finalidades educacionais em políticas públicas e na prática da escola, de forma colaborativa e coletiva, será possível enfrentar as inúmeras vulnerabilidades com as quais a escola se depara diariamente, incluindo as desigualdades sociais e escolares. Mais uma vez, a literatura traz a urgência de se revisitar as políticas públicas educacionais, para que sejam contempladas as finalidades educativas escolares vinculadas ao desenvolvimento do ser humano em sua integralidade. Na contramão de um currículo mínimo de aprendizagem, é trazida a pertinência de um currículo que ofereça conhecimentos das diferentes disciplinas, em um processo pedagógico com intencionalidade (VENTURA; FREIRE, 2017).

A concepção de ambiente escolar fica implícita na maneira como as finalidades são concebidas. No caso dos últimos autores, o ambiente escolar é tido como um espaço valioso e promissor para a formação cidadã. Nesse cenário, é possível que aconteçam aprendizagens significativas, estimulando o respeito ao outro, a criatividade, a crítica, a participação, o diálogo e construindo valores fundamentais, com ferramentas para o reconhecimento de um sujeito de direitos e deveres.

Estabelece-se uma relação entre os processos representativos e a circulação dessas políticas no cotidiano escolar, regulamentando as normativas propostas para o desenvolvimento e formação dos cidadãos, impactando diretamente na sociedade. As políticas educacionais são fixadas na pluralidade, referindo-se como ação social, tratando da importância da convivência pacífica entre os diferentes.

Arendt (1990, p. 17) destaca que "a diferença essencial define-se pelas mudanças de formas de governo que consistiam na troca de quem governava e para quem o governo se dava. Assim, os cidadãos passaram a se organizarem politicamente para certas coisas em comum, o que, de certa forma apenas recaiu num estágio diferente do seu ciclo".

Na área educacional, considerando a análise de políticas públicas, é possível perceber a finalidade que relaciona objetivo e determinação, estabelecendo ligações diretas com as unidades escolares visando atingir a necessidade pretendida. Todas

as áreas da unidade passam por mudanças relacionadas a determinadas políticas públicas educacionais, de forma direta ou indireta.

Historicamente, a educação básica sempre foi considerada prioridade nas políticas públicas, especialmente no que diz respeito à escolarização dos trabalhadores. Os níveis escolares regulam o ingresso e a permanência dos cidadãos, capacitando-os e qualificando-os para oportunidades futuras de emprego formal. As políticas educacionais no Brasil, durante os anos de 1990, aconteceram simultaneamente com o processo de reforma do Estado, seguindo as normativas relacionadas à Educação Básica, sendo amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96).

No processo educacional, inúmeros conceitos e processos não devem ser encarados como uma definição terminal, mas sim como aspectos históricos e sociais que dinamizam o contexto educacional. Cada momento da organização humana ou forças motoras próprias impulsiona e dita sua relação com as demais esferas do mundo social (MARTINS, 1994).

Na sociedade brasileira, caracterizada por formas específicas de hegemonia política no sistema de capitalismo dependente, a escola tem reforçado ideias pré-estabelecidas que submetem a sociedade desde a colonização. Essas ideias naturalizam as diferenças sociais e promovem a falsa ideia de que a ampliação de vagas nas escolas facilita o acesso ao conhecimento.

A ideologia neoliberal tem sido uma força dominante nas políticas educacionais e sociais em todo o mundo, promovendo a evolução e a hegemonia do sistema econômico capitalista. Essa ideologia tem enfraquecido as sugestões socialistas que propõem soluções para os problemas sociais e buscam uma maior igualdade na distribuição de recursos.

O neoliberalismo tem impactado fortemente o papel do Estado na sociedade. O Estado, que antes era visto como responsável por garantir o bem-estar social e a proteção dos cidadãos, tem sofrido retaliações quanto a sua atuação no âmbito social. Com a ascensão do neoliberalismo, tem ocorrido uma redução significativa dos benefícios e políticas sociais destinadas às famílias de baixa classe social.

Essa nova ordem mundial promovida pelo neoliberalismo tem afetado diversos setores da sociedade, incluindo a educação, a economia e as políticas públicas. As mudanças baseadas em princípios neoliberais têm sido aplicadas em diferentes

países, buscando a maior participação do mercado na regulação da educação e da economia.

No entanto, é importante destacar que, apesar da crença de que o mercado global pode promover a homogeneização do planeta, na realidade, as diferenças locais têm se aprofundado. A aplicação das políticas neoliberais tem gerado desigualdades sociais e econômicas em diferentes regiões, exacerbando as disparidades entre os grupos sociais.

Essa perspectiva ideológica também é reforçada por autores como Milton Santos, cuja obra aborda a globalização e suas implicações no contexto das desigualdades sociais. Em seus estudos, Santos e Escobar (2001) discutem a tendência do mercado global de promover a homogeneização, mas ao mesmo tempo ressalta o aprofundamento das diferenças locais, o que pode ser evidenciado pelas políticas neoliberais aplicadas em nível nacional e regional.

O cenário ideológico do neoliberalismo traz à tona questões cruciais sobre a direção das políticas educacionais e seus efeitos na sociedade. A priorização dos interesses econômicos em detrimento do bem-estar social levanta debates sobre a função da educação na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

Nesse contexto, as políticas neoliberais têm influenciado a educação, muitas vezes reduzindo-a a uma formação voltada ao mercado de trabalho, com ênfase no desenvolvimento de habilidades técnicas em detrimento do pensamento crítico e da formação integral dos indivíduos. A preocupação com o capital humano tem se sobressaído em relação à formação de cidadãos autônomos e participativos na sociedade.

Além disso, a aplicação de políticas neoliberais na educação tem gerado um cenário de competitividade e individualismo, onde as escolas são estimuladas a concorrer entre si e os alunos são incentivados a buscar o sucesso individual a qualquer custo. Isso pode aprofundar as desigualdades sociais, uma vez que nem todos têm as mesmas oportunidades de acesso à educação de qualidade.

Por outro lado, há críticos ao neoliberalismo que defendem a necessidade de políticas educacionais que priorizem a equidade, a inclusão e a justiça social. Essa perspectiva busca uma educação que valorize a diversidade, promova a igualdade de oportunidades e fortaleça o papel do Estado na garantia dos direitos sociais.

Em suma, as questões ideológicas em torno do neoliberalismo e suas influências nas políticas educacionais são fundamentais para a compreensão dos rumos da educação e seus impactos na sociedade. O debate sobre o papel do Estado, a importância da formação cidadã e a busca pela equidade são temas centrais nessa discussão, que requer a participação ativa de diversos atores sociais na construção de uma educação mais justa e inclusiva.

Diante desse contexto, é possível caracterizar como ideologia os pensamentos únicos, bem como uma possível globalização, promovendo a abolição de normas delineadas pelo Estado, consequência das forças do mercado. Assim, permite-se uma política liberal seguindo os critérios neoliberalistas. Realizando uma busca fundida hegemonicamente distanciando uma universalização da cidadania e estimulando o consumo. “O Estado em sua globalização torna-se mínimo para as questões sociais e máximo para os interesses econômicos nacionais e internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações mais carentes” (SANTOS; ESCOBAR, 2001, p. 19).

A partir dessa perspectiva, Libâneo (2009) considera que cabe as escolas o repasse de conceitos aos alunos, que possam desenvolver suas habilidades, teorias, e capacidades de pensamentos críticos que possam construir os seus valores e cidadãos capacitados e qualificados para se tornarem profissionais. A qualidade cognitiva e de aprendizagem escolar vem buscando uma inserção de qualidade no mercado do trabalho, exercendo a sua cidadania, com a busca ativa de políticas públicas com apoio de um elaborado plano de ensino, vários projetos pedagógicos e modernização em todo o processo de avaliação. O autor escreve:

A aprendizagem escolar está centrada no conhecimento, isto é, no domínio dos saberes e instrumentos culturais disponíveis na sociedade e nos modos gerais de pensar e agir associados a esses saberes. A escola existe para que os alunos aprendam conceitos, teorias, desenvolvam capacidades e habilidades de pensamento, formem atitudes e valores e se realizem como pessoas e profissionais-cidadãos. Qualidade de ensino é, qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens escolares em contextos concretos. É para isso que devem ser formuladas as políticas, os projetos pedagógicos, os processos de avaliação, os planos de ensino, e currículos (LIBÂNEO, 2009, p. 109).

O objetivo de todo esse processo, sempre esteve vinculado as ideias da sociedade, propiciando uma concretização de pensamentos abstratos sobre uma totalidade de representações integradas as condições sociais a qual ele pertence.

Ball e Mainardes (2011) referem-se as políticas educacionais sendo as diretoradoras de todas as demandas, os problemas surgidos como sociais e

políticos. Enfatizam, a evolução da educação, enquanto ciência humana, “[...] politicamente e intimamente delimitam e norteiam as dificuldades sociais e políticas” (BALL; MAINARDES, 2011, p. 33). Coordena os problemas que se sobrepõem simultaneamente, com isso surgem às reformas educacionais, baseadas em três conceitos:

- [...] a) Um conjunto de reformas políticas é precedente sobre todas as outras políticas sob as quais o sistema operou;
- b) As reformas políticas emanam de um nível singular do sistema educacional e incorporam uma mensagem singular sobre o que as escolas deveriam fazer; e
- c) As reformas políticas deveriam agir de maneira autônoma das características de sua implementação (ELMORE, 1996 apud BALL; MAINARDES, 2011, p. 35).

Diante desse contexto, tratando-se de educação como um serviço público coletivo e não um simples bem comum, entende-se que a educação deve ser oferecida a todo e qualquer sujeito sem nenhum ônus, sendo agraciado de todos os benefícios decorrentes aos quais forem solicitados pela comunidade.

A educação no ensino infantil tem como principal consenso e objetivo promover o desenvolvimento integral da criança, abrangendo suas dimensões cognitivas, emocionais, físicas e sociais. Nessa fase, as crianças aprendem por meio da brincadeira, da exploração do ambiente e da interação com outras crianças e adultos, o que torna esse momento singular para a formação do indivíduo.

As finalidades educativas dos anos iniciais incluem estimular a curiosidade e a criatividade, proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, desenvolver a autonomia e a independência, trabalhar a linguagem oral e escrita, promover a interação social e o respeito à diversidade, estimular a expressão corporal, musical e artística, e proporcionar experiências para a aquisição de conhecimentos sobre a natureza e a sociedade (LENOIR, 1998).

Para alcançar tais objetivos, é fundamental que os profissionais que atuam no ensino dos anos iniciais possuam uma formação específica e sejam capazes de planejar e desenvolver atividades adequadas às características e necessidades das crianças. Além disso, as escolas devem dispor de recursos materiais e pedagógicos adequados para o trabalho com esse público.

Ressalta-se que a educação nos anos iniciais não se restringe apenas às atividades escolares, mas deve envolver também a participação da família e da

comunidade. A colaboração dos pais e responsáveis no processo educativo é essencial para o sucesso da aprendizagem das crianças.

É consensualmente reconhecido que a educação nos anos iniciais é fundamental para o desenvolvimento das crianças e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Diversos estudos têm evidenciado que as crianças que frequentam essa etapa educacional apresentam melhores resultados escolares, têm maiores chances de concluir a educação básica e encontram mais oportunidades de ingressar no mercado de trabalho e de levar uma vida mais saudável e satisfatória.

Contudo, apesar desse consenso, ainda há desafios a serem enfrentados no âmbito dos anos iniciais, como a ampliação do acesso a essa modalidade de ensino, a melhoria da qualidade das instituições educacionais e a garantia da equidade no acesso e na qualidade da educação, especialmente para as crianças mais vulneráveis e marginalizadas da sociedade. Para superar esses desafios, é essencial um esforço conjunto de governos, instituições de ensino, profissionais da educação, famílias e sociedade em geral (ROCHA; LIMA, 2021).

As crianças na educação infantil apresentam uma ampla diversidade de comportamentos, que são influenciados por diversos fatores, como idade, experiências individuais e ambiente escolar. Essas características podem incluir curiosidade e interesse em explorar o ambiente escolar, dificuldade em manter a atenção por períodos prolongados, necessidade de movimento e atividade física, além de questões emocionais como ansiedade, medo, insegurança e timidez, especialmente nas crianças mais novas (FONSECA, 1995).

Além disso, é comum que as crianças imitem o comportamento de outras crianças e adultos, e enfrentem desafios em lidar com conflitos interpessoais, o que pode levar a comportamentos agressivos, de isolamento ou de submissão. Na educação infantil, a aprendizagem se dá por meio de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas, o que é fundamental para o desenvolvimento integral da criança (BRASIL, 2018).

Esses comportamentos podem ser influenciados por diferentes elementos, tais como o estilo de ensino dos professores, a qualidade das relações interpessoais estabelecidas no ambiente escolar e a presença de dificuldades de aprendizagem ou problemas emocionais (LOPES; MACEDO, 2011).

Assim, é relevante que as finalidades educativas também estejam presentes nesse contexto. É essencial que as escolas disponham de profissionais capacitados

para identificar e lidar com as necessidades específicas de cada criança, oferecendo apoio emocional e pedagógico, além de estabelecer normas e regras claras para promover um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos (FERNANDES, 2015).

Diante desse cenário, é importante reconhecer que o comportamento infantil é influenciado por uma combinação de fatores, desde questões genéticas até experiências vivenciadas pela criança no ambiente familiar e escolar. Nesse sentido, pais, educadores e profissionais da saúde têm papel fundamental em observar e compreender os comportamentos das crianças, proporcionando apoio emocional e pedagógico quando necessário, e criando um ambiente propício para o seu pleno desenvolvimento (FONSECA, 1995).

É preciso destacar a relação existente entre as finalidades educacionais e as diretrizes educacionais para o ensino dos anos iniciais no Brasil, sendo essas estabelecidas pelo MEC, bem como pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Que de acordo com Lenoir (1998) algumas das principais diretrizes para o ensino infantil incluem:

- Respeito à individualidade da criança, valorizando suas diferenças e particularidades;
- Prioridade ao desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos físicos, emocionais, cognitivos, sociais e culturais;
- Incentivo à participação da família no processo educativo;
- Estímulo à curiosidade, à criatividade e à imaginação das crianças;
- Valorização da brincadeira como atividade fundamental para o desenvolvimento infantil;
- Promoção do convívio social, da afetividade e da comunicação entre as crianças;
- Incentivo ao desenvolvimento da linguagem oral, escrita e corporal das crianças;
- Atendimento em período parcial ou integral, de acordo com as necessidades das famílias;
- Garantia de segurança, higiene e conforto no ambiente escolar (LENOIR, 1998, p. 54).

Além das diretrizes educacionais voltadas para os anos iniciais do ensino, é fundamental considerar a formação de educadores especializados, por meio de cursos de formação continuada com finalidades educativas para o desenvolvimento integral das crianças nessa fase. Essa formação visa preparar profissionais capacitados e qualificados para atuarem de maneira adequada junto às crianças em

seu processo educativo, respeitando suas características de desenvolvimento e valorizando a cultura local e regional.

Cabe ressaltar que as escolas que atendem os anos iniciais devem seguir tais diretrizes e adotar práticas pedagógicas que estimulem tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento integral das crianças. Para isso, é necessário criar um ambiente seguro, acolhedor e estimulante, proporcionando um espaço propício para o crescimento dos alunos.

Um dos elementos essenciais na prática pedagógica é a elaboração de um currículo escolar consistente. As finalidades educacionais, mencionadas anteriormente, desempenham um papel central ao nortear o aprendizado dos alunos, estabelecendo uma relação intrínseca com as políticas educacionais. Nesse contexto, a BNCC desempenha um papel crucial na garantia da qualidade do ensino no país. Seguindo a lógica da relação estratégica entre avaliação, currículo, gerencialismo e financiamento, a BNCC tem o intuito de promover uma educação mais alinhada com os objetivos educacionais nacionais.

Saviani (2016) destaca a relação entre a avaliação em larga escala e a BNCC como algo de grande relevância. A BNCC atua como um referencial que orienta as avaliações e proporciona um panorama dos objetivos educacionais a serem alcançados, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino no país.

Considerando a centralidade que assumiu a questão da avaliação aferida por meio de testes globais padronizados na organização da educação nacional e tendo em vista a menção a outros países, com destaque para os Estados Unidos tomados como referência para essa iniciativa de elaborar a “base comum nacional curricular” no Brasil, tudo indica que a função dessa nova norma é ajustar o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas. Essa circunstância coloca em evidência as limitações dessa tentativa, pois, como já advertimos, essa subordinação de toda a organização e funcionamento da educação nacional à referida concepção de avaliação implica numa grande distorção do ponto de vista pedagógico (SAVIANI, 2016, p. 75).

E assim, justificada pela baixa qualidade da educação nacional e, visando ajustar o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas mundialmente, tem-se a elaboração da BNCC.

Destaca-se que a ideia de criação de uma base comum curricular não foi novidade e tem aparecido há tempos na história da educação com diferentes finalidades. Como exemplo, tem-se o Brasil no início dos anos de 1980 que atravessava um período de redemocratização, onde a discussão era pautada sobre

uma base comum para o currículo, e ainda estava atrelada aos debates de elaboração da Constituição de 1988. É importante destacar que tal cenário foi responsável posteriormente, pela elaboração da LDB 9.394/96.

Diante desse contexto entende-se que a BNCC é apresentada como uma política curricular que visa solucionar os problemas referentes à desigualdade educacional brasileira e, devido a tal caráter reformador, apresenta tamanha relação com as finalidades educacionais, principalmente para o ensino de crianças e jovens.

A BNCC é uma política curricular que foi elaborada com o objetivo de enfrentar os desafios da desigualdade educacional no Brasil. Por meio dessa política, busca-se estabelecer um conjunto de conhecimentos e competências essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar, independentemente de sua origem social ou regional.

A relação da BNCC com as finalidades educacionais é fundamental, especialmente no contexto do ensino de crianças e jovens. A partir da BNCC, é possível orientar o currículo das escolas de forma a garantir que as finalidades educacionais sejam atendidas. Ou seja, a BNCC funciona como um referencial que direciona as práticas pedagógicas, o que impacta diretamente na qualidade da educação oferecida.

Essa política curricular busca promover uma maior uniformidade e qualidade na educação brasileira, tornando-a mais igualitária e acessível a todos. Através da BNCC, busca-se superar as disparidades existentes entre diferentes regiões do país e proporcionar oportunidades de aprendizagem mais equitativas aos alunos, garantindo-lhes o acesso a uma formação sólida e abrangente.

Contudo, é importante destacar que a implementação da BNCC também enfrenta desafios e controvérsias, uma vez que seu sucesso depende da capacidade dos sistemas educacionais de adaptarem suas práticas e estruturas para atenderem às novas diretrizes. Além disso, a BNCC também suscita debates sobre a necessidade de equilibrar a padronização curricular com a valorização das diversidades locais e regionais, garantindo a preservação das identidades culturais e características específicas de cada comunidade.

A busca por um currículo nacional é uma das características do chamado neoliberalismo educacional, juntamente com os mecanismos de avaliação e responsabilização dos professores. Nesse contexto, as avaliações de larga escala

desempenham um papel crucial na verificação de resultados e na regulação do sistema educacional, identificando o que foi positivo e o que precisa ser aprimorado.

Lopes e Macedo (2011) ressaltam que essas políticas educacionais contemporâneas têm promovido uma avaliação rigorosa e sistemática, com o objetivo de avaliar a implementação dos objetivos curriculares. Essas avaliações são estabelecidas dentro de parâmetros nacionais controlados pela administração do Estado e pela gestão privada das escolas. Nesse sentido, as políticas educacionais atuais têm utilizado a definição prévia de competências a serem atingidas como base para avaliar os alunos.

Portanto, as finalidades educacionais estabelecem uma relação direta com a BNCC, visto que essa política de currículo comum tem como propósito eliminar as desigualdades educacionais e promover um ensino igualitário e de qualidade para todos os estudantes. A BNCC, ao estabelecer os conhecimentos e competências essenciais a serem desenvolvidos pelos alunos, direciona as práticas pedagógicas e a avaliação, alinhando-se aos objetivos das políticas educacionais contemporâneas. E tudo isso repercute no Projeto Político Pedagógico no nível municipal.

1.3 O papel do docente nas finalidades educativas

A figura do docente desempenha um papel de extrema importância nas finalidades educativas, visto que é ele quem media o processo de aprendizagem, tornando-se o elo entre o aluno e o conhecimento. O professor é responsável por planejar aulas e estratégias pedagógicas que estimulem o autoconhecimento, o interesse pela educação e a curiosidade dos estudantes.

Nesse contexto, é crucial que as ações e estratégias utilizadas envolvam elementos lúdicos, experiências significativas e a literatura, como ferramentas motivadoras para o aprendizado. De acordo com a legislação vigente, o trabalho do docente abrange a reflexão, seleção, organização, planejamento, mediação e monitoramento das práticas e interações em sala de aula, buscando proporcionar situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BRASIL, 2017).

É possível a apresentação de três concepções teóricas sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, e como a ação do professor se relaciona com essas perspectivas. A primeira concepção considera que aprendizagem e desenvolvimento são independentes, ou seja, o aprendizado ocorre de forma externa, sem influenciar o desenvolvimento natural da criança. Nessa visão, acredita-se que a

criança já nasce com certas capacidades cognitivas e estas se desenvolverão naturalmente ao longo do tempo, independentemente do aprendizado.

Na concepção do professor Jose Carlos Libanêo entende-se que a aprendizagem é o próprio desenvolvimento. Segundo essa visão empirista, o desenvolvimento cognitivo ocorre através de experiências práticas e repetição de exercícios, buscando a formação de hábitos que levem ao domínio de determinados reflexos.

Por fim, a terceira concepção considera que a aprendizagem antecede o desenvolvimento. Nesse caso, a aprendizagem ocorre por meio da interação do aluno com o outro, que pode ser o professor ou um colega mais experiente. A partir dessa interação, a criança adquire conhecimentos prévios que servirão de motivação para o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, como a atenção voluntária, a percepção, a memória e o pensamento.

Portanto, a ação docente deve ir além do diagnóstico do que o aluno já possui desenvolvido e direcionar-se para uma abordagem prognóstica do desenvolvimento potencial do estudante. O professor interage com o aluno, estimula seu pensar e refletir sobre o conhecimento e as situações de aprendizagem, buscando promover a internalização das funções psicológicas superiores, que farão parte de seu desenvolvimento autônomo na zona de desenvolvimento real.

Dessa forma, a interação entre a criança e as pessoas de seu ambiente, especialmente com o professor, torna-se fundamental para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas. Ao serem internalizadas, essas habilidades passam a integrar o repertório independente da criança, permitindo um processo de ensino e aprendizagem mais efetivos e significativos. Nesse contexto, em que o foco não recai apenas no conteúdo, mas também no desenvolvimento das funções psicológicas do aluno, o papel do professor assume o papel de facilitador da aprendizagem.

No cenário educacional brasileiro, a formação de professores tem passado por transformações significativas ao longo dos anos. Anteriormente, adotava-se uma abordagem tecnicista, descontextualizada da realidade da sala de aula, com enfoque principalmente nos aspectos teóricos. Entretanto, com o tempo, essa perspectiva foi sendo alterada para valorizar os aspectos práticos, a formação contínua dos professores e a integração entre a formação acadêmica e o ensino regulamentado nas escolas. Esse processo de formação de professores se tornou uma discussão relevante e fundamental no âmbito educacional.

Diante desse contexto, surge a discussão sobre as disputas ideológicas relacionadas às finalidades educativas. Nota-se que ainda prevalece a hegemonia do modelo liberal, que busca preparar os alunos para o mercado de trabalho, associando a educação à obtenção de lucros e ao desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de iniciativa. Essa abordagem coloca desafios significativos para o professor, que precisa lidar com as demandas da BNCC ao mesmo tempo em que enfrenta pressões e influências que priorizam uma formação voltada ao mercado, em detrimento de uma visão mais abrangente e crítica do processo educacional.

Dessa forma, o professor se vê diante do desafio de equilibrar as exigências normativas da BNCC com uma prática educativa que promova o desenvolvimento integral do aluno, levando em conta suas potencialidades e singularidades. É essencial que o docente esteja preparado para dialogar com as diferentes abordagens e tendências educacionais, bem como refletir criticamente sobre sua atuação em sala de aula, buscando sempre promover uma educação que vá além do mero preparo para o mercado de trabalho.

A formação contínua e a atualização do professor também se tornam aspectos fundamentais para enfrentar esses desafios. A capacitação docente deve considerar não apenas os aspectos práticos, mas também os fundamentos teóricos que embasam a prática educativa, possibilitando uma atuação mais reflexiva e crítica. Além disso, o professor deve estar aberto ao diálogo e à troca de experiências com seus pares, de modo a enriquecer sua prática pedagógica e aprimorar suas habilidades como mediador do conhecimento.

Portanto, a relação entre as finalidades educativas, a formação de professores e os desafios impostos pelas normativas da BNCC exige uma postura comprometida e reflexiva por parte dos educadores. Somente através de uma atuação consciente, crítica e atualizada será possível proporcionar uma educação de qualidade, que promova o desenvolvimento pleno dos alunos e os prepare para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação.

Contudo, nessa perspectiva, a educação escolar passa a ocupar seu papel social de potencializar as capacidades dos mais vulneráveis para sua inserção na economia, ao mesmo tempo em que contribui para amenizar problemas sociais que podem significar obstáculos para a expansão de mercado. Sendo assim, é preciso destacar, nessa questão a importância do educador, sendo mediador único da relação

ensino-aprendizagem, responsável ainda pela maneira que o aluno é preparado e que desenvolve suas habilidades e conhecimentos.

2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E FINALIDADES EDUCATIVAS

2.1 A educação nos anos iniciais: BNCC

A educação nos primeiros três anos de vida coloca-se como um desafio: em primeiro lugar, ir além de uma abordagem de bem-estar, que se centra na satisfação das necessidades básicas da infância, como nutrição, saúde e cuidados infantis. de idade; e em segundo lugar, pela necessidade de serviços de qualidade para o cuidado e educação desta população (CURY, 2002).

Para tanto, é necessária a elaboração de propostas de trabalho pedagógico que proporcionem aos meninos e às meninas, nesta fase da vida, possibilidades de ensino e aprendizagem de acordo com as suas necessidades e interesses. Este último constituiu o propósito central de uma pesquisa realizada por Dourado (2007) desenvolver uma proposta pedagógica que contemple princípios e práticas para o cuidado e educação integral de meninos e meninas do nascimento aos três anos, considerando como ponto de partida apontar as percepções e opiniões de professores de educação infantil com experiência de trabalho nessas idades; famílias e centros infantis especializados em educação infantil.

Aceita-se que meninos e meninas aprendem desde o momento da concepção e que, portanto, o desenvolvimento humano é estimulado e potencializado no útero e, posteriormente, acompanhado por pessoas que medeiam esse desenvolvimento. Por este motivo, considera-se fundamental reconhecer a importância da fase dos 0 aos 3 anos, idade para a qual existem poucas orientações curriculares em relação ao processo de ensino (ORTIGÃO; AGUIAR, 2013).

Os docentes que trabalham com essas populações entendem que as rotinas básicas de alimentação, cuidados e limpeza estão repletas de oportunidades para meninos e meninas aprenderem sobre o mundo que os rodeia (CURY, 2002). A qualidade das interações que se originam entre adultos e crianças geram vínculos importantes, tanto afetivos quanto cognitivos. Os ambientes educativos e familiares, a partir dessa percepção, são pensados para estimular o compartilhamento, a comunicação e o afeto.

Na fase de desenvolvimento do nascimento aos três anos, as pessoas vivenciam conquistas fundamentais no desenvolvimento de habilidades como: falar, andar, relacionar-se com outras pessoas e praticar atos de autonomia

fisiológica. Portanto, a estimulação e o apoio apropriados e contínuos são de vital importância para o seu desenvolvimento integral.

Nesse sentido, Kagan (2011) afirma que a era atual define abordagens e paradigmas, nos quais o desenvolvimento humano não é mais concebido apenas a partir de uma visão biológica, mas também a partir de uma dimensão social, fundamentalmente afetiva. A necessidade de estimular o desenvolvimento de meninos e meninas envolve a integração de todas as ciências do esforço humano para compreender de forma abrangente o desenvolvimento da pessoa e seus processos de maturação e crescimento em interação com o meio ambiente.

Gomes (2009) assegura que com os avanços no estudo do desenvolvimento humano se sabe que não só a hereditariedade determina o desenvolvimento de meninos e meninas em suas diferentes áreas, mas também é especificada com base na qualidade dos relacionamentos e dos afetos, como pela provisão de recursos e oportunidades que se estabelecem no ambiente em que crescemos.

O sistema educacional no Brasil é dividido em dois níveis principais de ensino: ensino básico e ensino superior. A escolaridade básica obrigatória, ministrada gratuitamente nas escolas públicas, foi, nos últimos anos, alargada à primeira infância e ao ensino secundário (a lei foi alterada em 2009 e as escolas foram dadas até 2016 para se adaptarem às novas exigências). Esta mudança levou a um aumento dramático no acesso à educação infantil na última década, com atenção desigual à qualidade (DOURADO, 2007).

A educação é responsabilidade compartilhada dos governos federal, estadual e municipal. Enquanto o governo nacional define as políticas educacionais gerais e é responsável pelo ensino superior, o ensino básico é administrado localmente pelos estados e municípios (GOMES, 2009). O currículo escolar básico, por exemplo, é definido nacionalmente, mas os estados e municípios têm o direito de adaptá-lo para atender às necessidades locais. A principal autoridade federal de supervisão do sistema escolar é o Conselho Nacional de Educação, uma agência do Ministério da Educação.

Tanto as pesquisas e estudos quanto as pressões da sociedade organizada reafirmaram esses valores na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), proclamada em 1996, que considera a Educação Infantil a primeira etapa da educação básica. Na LDB, a construção de novas unidades e a conservação dos equipamentos escolares foram incluídas nos orçamentos da educação com o objetivo de aumentar

o número e a qualidade da oferta deste serviço (ORTIGÃO; AGUIAR, 2013). A partir daí, é produzida uma série de documentos legais com o objetivo de definir os critérios de qualidade das unidades destinadas à educação da criança de 0 a 6 anos. Contudo, sobretudo nestes aspectos, serviços e instalações, ainda existem graves problemas a enfrentar, segundo o diagnóstico apresentado no Plano Nacional de Educação.

Nas últimas duas décadas, a política educacional no Brasil passou por mudanças significativas. Hoje a educação básica é descentralizada do ponto de vista administrativo e com foco no ensino fundamental, etapa do ensino que compreende nove anos de escolaridade obrigatória (KAGAN, 2011). Ao considerar a ênfase no ensino fundamental, cabe destacar que se trata de uma recomendação presente em documentos do banco mundial e facilmente identificada por meio de uma análise do atual modelo de financiamento da educação básica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) evidencia que as competências básicas a serem aplicadas dentro do processo educativo das crianças consiste em uma separação por idade, alinhado as metodologias de ensino para cada faixa etária e observando a evolução dos alunos ao longo do período de educação infantil. Cabe aos professores promover atividades que consolidem informações precisas quanto a evolução educacional dos alunos e se existem alguns problemas de aprendizagem (LEITE; RITTER, 2017).

A BNCC, a educação baseada em competências envolve a integração de um conjunto de competências e habilidades que mobilizam diferentes componentes de forma inter-relacionada para atender aos objetivos de aprendizagem. Diante disso, percebe-se sua relevância para a formação integral dos alunos, principalmente no período do ensino básico.

Recentemente, em 2018, por meio da construção de políticas públicas, foi criada a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que integra as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, elaboradas com a expectativa de complementar e consolidar a identidade da educação infantil (LIBÂNEO; FREITAS, 2016). A BNCC, nesse sentido, auxilia na estruturação e organização curricular de instituições de primeira infância, visando a igualdade de direitos de aprendizagem para todas as crianças.

Quanto a educação dos alunos de ensino fundamental e médio, a BNCC promove uma separação quanto as competências específicas, as mesmas são apresentadas em unidades temáticas, objetivos de conhecimento e habilidades

(MACEDO, 2011). Na unidade temática os alunos devem ser observados quanto aos conteúdos apresentados ao longo do processo educativo, nos objetivos de conhecimento os alunos devem ser trabalhados para uma compreensão de profissão, quanto que nas habilidades os mesmos devem ser motivados de acordo com o comportamento ou as habilidades apresentadas.

Vale ressaltar que essa foi uma das formas encontradas pelas organizações escolares de melhorar o rendimento dos alunos, assim como trabalhar os mesmos para uma sociedade mais positiva e interativa. A educação pode ser o ponto chave no que se refere a um futuro melhor, por isso os procedimentos ou as propostas apresentadas ao longo da BNCC são fundamentais no que se refere ao trabalho de alunos para uma oportunidade social melhor.

A BNCC define que os currículos das escolas e dos sistemas de ensino, além de garantirem aos alunos o desenvolvimento das competências básicas que estão definidas neste documento, também precisam certificar aos alunos, o desenvolvimento de dez competências gerais, que unificam, no nível pedagógico, os direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento (BORGES, 2018).

Na rotina educacional promovida existem temas que podem ser trabalhados promovendo uma interação entre competência e habilidade, como desenvolvendo de redações sobre determinado tema, apresentação de um fato histórico e realizar exercícios matemáticos compostos. Tais atividades podem ressaltar a habilidade de alguns alunos quanto a utilização de uma linguagem eficiente para melhorar a compreensão do que está sendo realizado, assim como identificar de que forma as tecnologias podem ser alinhadas ou aplicadas no processo de elaboração ou pesquisas voltadas para os temas a serem descritos pelos alunos (AVERSA; BAIRRO, 2019).

Promover atividades com maior expansão de avaliação pode ser um ponto positivo para os docentes, podendo os mesmos avaliar bem mais que o conhecimento dos alunos, como suas habilidades para determinadas disciplinas e a eficiência dos métodos aplicados na sala de aula. Dessa forma, verifica-se que atividades aplicadas podem ser determinantes no processo de desenvolvimento educacional dos alunos, por isso devem ser aplicadas precisamente.

Vale ressaltar a interação entre disciplinas também podem ser um ponto positivo dentro do processo educativo, como por exemplo atividades que sejam aplicadas com a interação de geografia e história, assim como matemática e história,

ou biologia e geografia. Dessa forma, o conhecimento dos alunos passa a ser expandido e os mesma consolidação a importância da disciplina escolar, algo que para muitos docentes é fundamental no processo de aprendizagem.

A visão de que o processo de educação pode ser atrelado ao desenvolvimento da formação humana, é um dos pontos de principal destaque da reforma do ensino médio. Em seu texto a lei que busca aprovar a aplicação do ensino em tempo integral e promover o desenvolvimento dos lados além do âmbito educativo, demonstra que para se obter uma boa formação humana, determinados pontos sociais, políticos e individuais precisam ser trabalhados. Dessa forma, a prática do ensino integrado se torna uma boa ferramenta para conceder aos adolescentes e jovens uma estabilidade maior na sua formação, tanto no campo educativo como no lado social (RAMOS, 2011).

Observando os pontos de maior destaque dentro do contexto educativo, pode-se concluir que a reforma do ensino médio tende a ser algo positivo para os alunos, uma vez que concederá aos mesmos uma visão mais aprofundada e abrangente de determinados pontos que geram profundos impactos na vida das pessoas, como uma visão profissional e social. Esses são aspectos que se considerados e devidamente analisados precisam ser mais trabalhados por parte dos órgãos educadores, visando conceder aos jovens e adolescentes uma oportunidade de desenvolver-se dentro da sociedade onde estão inseridos.

No que se refere ao ambiente escolar pode-se verificar que os representantes públicos por meio das políticas públicas estão buscando consolidar aos cidadãos todos os métodos ou procedimentos necessários para o sucesso de suas atividades e aprendizado. Todos os processos ou métodos tem sido mensurado por parte dos gestores de ensino, assim como profissionais gerenciais.

O ensino fundamental pode ser denominado como um dos principais procedimentos desenvolvidos por parte dos ambientes e profissionais de ensino, uma vez que as crianças passam a obter conhecimentos mais específicos e conhecer de maneira mais direta em quais situações os conteúdos apresentados em sala de aula podem ser aplicados.

Do ponto de vista organizacional, no contexto brasileiro, o ensino fundamental integra a educação básica, juntamente com a educação infantil e o ensino médio. Ou seja, por lei, o ensino fundamental é um nível de ensino responsável pela educação escolar de crianças e adolescentes de seis a quatorze anos, que se desenvolve,

predominantemente, em instituições próprias (BRASIL, 1996). Esse nível de ensino faz parte do sistema de ensino brasileiro, sendo que sua estrutura e funcionamento são regulamentados pelos órgãos superiores, dentre eles o Ministério da Educação (MEC), as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Estadual de Educação (CEE). Nos municípios devem estar organizados os Conselhos Municipais de Educação, com o intuito de pensar e propor ações mais voltadas para a realidade local.

De acordo com Saviani (2019) os procedimentos ou métodos desenvolvidos por parte dos profissionais de educação devem ser precisos e alinhados a formação dos estudantes não somente dentro do ambiente escolar como também social. O mesmo ressalta a na formação fundamental os estudantes compreender a importância de algumas disciplinas e conceitos apresentados ao longo dos anos, fundamentando dessa forma a importância da metodologia de ensino e de uma maior proximidade com os alunos.

No entendimento de Ferreiro (2017, p. 22) “o desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim como as informações sociais não são recebidas passivamente pelas crianças”. Assim sendo, esse ato de alfabetização não é algo mecânico, de perceber e memorizar, pois para aprender, a criança precisa não somente saber sobre o que é a escrita, mas entender o que está escrita representa graficamente, já que nessa fase, a criança é tida como um ser em constante aprendizagem, e essa leitura, a ela aparece como códigos, a qual a criança tem que decifrar.

Portanto, o código escrito faz parte da instrução escolar e para obter êxito, é indispensável que a criança ao chegar à escola, aprenda a ler e escrever sendo necessário que se faça num espaço de tempo desde que, sua individualidade seja respeitada. Muito embora, muitas crianças já chegam à escola, com algum tipo de leitura e escrita, pois já são incentivadas pelos pais, através de livros, revistas, gibis, ou até mesmo pela mídia televisiva.

Assim, a partir da alfabetização, a criança adquire essas informações que são importantes em sua vida social. Que segundo Ferreiro (2017, p. 21), “o que acontece no primeiro ano da escola tem reflexos não apenas na alfabetização, mas na confiança básica que cerca toda a escolaridade posterior”. Assim, é preciso valorizar a linguagem das crianças que já trazem consigo, para a escola.

A partir dos três ou quatro anos, a criança inicia seu aprendizado formal da escrita, tendo uma duração de aproximadamente dez anos, passando assim por etapas que ajudarão no seu desenvolvimento linguístico. As etapas desse desenvolvimento são as seguintes: Fase pré-silábica, silábica sem fonética, alfabética ou fonética e a ortográfica (FERREIRO, 2017).

Na primeira fase, a criança começa a distinguir a escrita do desenho e começa a escrever rabiscos e noutro momento as letras e os numerais, mas não sabe identificar as diferenças. Na segunda fase, a criança com uma faixa etária de cinco a seis anos, já é capaz de compreender que a escrita está relacionada com a fala e cada letra apresenta um som. Na fase alfabética, a criança estando na faixa etária de seis e sete anos, a escrita representa para a mesma, a fala com diferentes sons, compondo vogais e consoantes. Aos oito anos, a criança atinge a fase transacional, cursando, portanto, a 2ª série do ensino fundamental, adquirindo assim os padrões ortográficos, morfológicos e visuais, sendo a fase alfabética ou fonética (FERREIRO, 2011).

Aos dez anos já domina algumas regras básicas como a ortografia, sinais de acentuação, grupos das consoantes e começa a se apoderar dos conhecimentos aprendidos (FERREIRO, 2011). Apesar de ter adquirido um desenvolvimento durante o processo de alfabetização, tendo condições de formular frases, ampliar o seu vocabulário, utilizar as palavras sinônimas, mas isto não é o essencial, além da escrita.

É importante que os educadores desenvolvam práticas educativas com propostas inovadoras, fortalecendo assim o trabalho escolar para atender de forma satisfatória essas crianças que fazem parte da Educação Infantil. Para quando chegarem ao ensino fundamental, essas crianças sejam capazes de compreender e interpretar textos, desenvolvendo sua própria produção escrita, aprofundando seus conhecimentos, podendo dessa forma atingir a sua autonomia e conquistar seu espaço dentro da sociedade.

Pode-se compreender temas transversais como alguns estudos relativos a pontos ou procedimentos apresentados ao longo do tempo que de alguma forma podem comprometer ou impactar o desenvolvimento escolar dos alunos, sendo preciso aos profissionais docentes um conhecimento mínimo de como lidar com essas situações.

No que se refere a importância desses temas serem trabalhados ou analisados por parte dos profissionais docentes, consiste em uma oportunidade de minimizar ao

máximo os impactos no desenvolvimento dos alunos. Assim como, uma expansão das metodologias de ensino que podem ser aplicadas por parte dos profissionais dentro do ambiente escolar.

Por conta disso, os temas transversais vêm sendo cada vez mais trabalhado, analisado e estudado por parte dos componentes do mundo escolar, objetivando tornar as atividades ou rotinas escolares favoráveis a qualquer aluno e capaz de atender as todas as necessidades dos alunos que estão em sua responsabilidade educacional.

Vale ressaltar que a educação é a base fundamental para as demais coisas, por meio dela os alunos passam a aprender a conviver em sociedade e a respeitar uns aos outros. Por conta disso a educação inclusiva se torna uma importante ferramenta em dias tão difíceis para o convívio social, principalmente no que se refere ao respeito dos limites uns dos outros. Ao realizar a educação inclusiva a escola está formando alunos mais empáticos, dando aos mesmos a oportunidade de desenvolver no futuro uma sociedade mais compreensível e que tenha o respeito como base fundamental.

Os desafios a enfrentar são inúmeros e todos e qualquer investida no sentido de ministrar um ensino especializado aos alunos dependem de se ultrapassarem as condições atuais de estruturação do ensino escolar. Porém a maior parte deles podem ser trabalhados desde que os professores realizem medidas e formas de adaptar suas aulas para que os alunos participem e sejam inseridos junto aos demais alunos do grupo.

Diante desses fatos fica comprovado a responsabilidade e a necessidade de os professores de educação física procurarem a melhor forma de realizar a inclusão do aluno nas atividades realizadas na aula de educação física, o primeiro passo para que os demais alunos e o próprio aluno consigam se enxergar como uma pessoa capaz de praticar determinadas atividades física parte do incentivo do professor (MANTOAN, 2016).

Alguns professores destacam que promover todas as condições ou ferramentas de inclusão, assim como conceder suporte aos alunos com uma maior dificuldade de aprendizagem são dificuldade também presente em muitas escolas, principalmente pela falta de recursos ou materiais que devem ser utilizados nas rotinas dos professores.

2.2 Consenso escolar dos objetivos para educação infantil

Atualmente é possível observar a existência de diferentes tendências relacionadas à primeira etapa da educação infantil. Um deles defende a entrada das crianças nas instituições desde muito cedo, antes mesmo de a criança completar um ano de idade. Isto acontece pelas exigências das mulheres por realizações pessoais e pelas vantagens da educação coletiva (MOSS, 2011). Essa atitude tem sido, ultimamente, cada vez mais intensificada por conta das conquistas obtidas pelo movimento feminista.

No caso brasileiro, a primeira tendência prevalece no caso das creches, devido a um número cada vez maior de mulheres, de todas as camadas sociais, que procuram instituições (oficiais ou não) que recebam seus filhos pequenos, diante de diferentes razões, entre as quais a sua profissão (MOSS, 2011). Ao mesmo tempo, é importante ver a relação criança-ambiente como responsável pela integração psíquica da criança, e também perceber a instituição que recebe as crianças como um equipamento que também é integrador e que deve funcionar com todos os níveis, podendo desenvolver um papel positivo e rico no desenvolvimento das crianças.

Considerando a pré-escola, pesquisas apresentam uma série de benefícios para as crianças que frequentam essa etapa do ensino, como a redução da mortalidade nessa faixa etária, maior desenvolvimento cognitivo, maior tempo de permanência na escola, redução da repetência escolar e da evasão escolar e ainda mais aquisição de vocabulário devido à exposição muito precoce a diferentes ambientes (KAGAN, 2011). A criança que frequenta a escola tem, em média, mais um ano de educação formal do que a criança que ingressou diretamente no ensino primário. E essa criança tem 32% mais chances de concluir o ensino médio.

A educação infantil é ciclo anterior aos estudos ao ensino básico obrigatório, o qual se inicia nos estabelecimentos de ensino aos seis anos. Aqueles que frequentam a educação infantil são, naturalmente, crianças mais novas, com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos. Também conhecida em algumas partes do mundo como educação inicial, é uma disciplina de estudos voltada exclusivamente para educar e socializar os menores, de meses a três ou quatro anos.

O campo da educação infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação infantil em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas mediadoras da aprendizagem pedagógica e do

desenvolvimento infantil (AGUIAR; DOURADO, 2018). Em particular, foram priorizadas discussões sobre como orientar o trabalho com crianças de até três anos nas carreiras diurnas e como garantir práticas com crianças de quatro e cinco anos que proporcionem formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no ensino fundamental.

O contexto da primeira infância é reconhecido como base fundamental na formação humana. A partir desta compreensão é que esta etapa tem se constituído progressivamente no sistema de ensino como um espaço de acolhimento coletivo, que visa uma educação de qualidade e que atenda às necessidades e interesses das crianças.

A partir de 1996, a partir da Lei 9.394/96, a educação infantil passa a ser legalmente reconhecida como a primeira etapa da educação básica, cabendo aos órgãos governamentais garantir a qualidade do seu ensino (BRASIL, 1996). De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 54, inciso IV, e corroborado pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB, no artigo 30, inciso I, é dever do Estado zelar pelo cuidado atendimento de crianças de zero a cinco anos, em creches e pré-escolas, promovendo situações lúdicas voltadas tanto ao cuidado quanto à educação das crianças que frequentam a educação infantil.

As crianças, como sujeitos sociais, são influenciadas pelo ambiente que as cerca. Mas também agem e deixam marcas em seu tempo histórico, pois são sujeitos únicos que pensam, sentem à sua maneira, se desenvolvem e aprendem interagindo com os outros, utilizando diversas formas de expressão para significar, ressignificar e criar conhecimento (AGUIAR; DOURADO, 2018).

A BNCC, na modalidade da educação infantil, especifica direitos de aprendizagem num total de cinco: conviver, brincar, participar, explorar, conhecer. Os referidos direitos abordam as condições para que as crianças da educação infantil aprendam como desempenhar funções nos espaços diversos onde se inserem e, assim, possam se sentir provocadas a resolver as situações problemas, como também ir construindo suas relações com os demais participantes e o seu entorno (BRASIL, 2017).

A rotina na escola de educação infantil produz repetição de padrões. Todas as atividades quando bem elaboradas e quando bem planejadas, podem proporcionar as

experiências necessárias aos bebês e crianças pequenas para que se desenvolvam de forma integral, isso inclui, a capacidade de ser um cidadão de bem e apto para a vida em sociedade.

Esse processo de evolução e elaboração de seus processos de desenvolvimento cognitivo e projetor de suas próprias compreensões acerca do mundo ao seu redor, Melo (2013, p. 17) salienta que as crianças “à medida que se desenvolvem cognitivamente, as necessidades afetivas da criança tornam-se mais exigentes”. Assim, cada interatividade tende a promover não apenas os aspectos de evolução social e prática, mas se desenvolvem no ato de conectar-se com os outros através de suas ações afetivas.

Aos professores cabe uma das principais responsabilidades dentro da educação infantil, verificar quais procedimentos ou métodos passam a ser mais eficientes quanto ao processo de ensino e aprendizagem. Promovendo um planejamento alinhado tanto para uma estabilidade junto aos alunos, como proporcionando um desenvolvimento nos mesmos para as demais etapas de ensino.

O planejamento é o meio pelo qual se constrói as relações entre teoria e prática desenvolvida em sala de aula. A escolha do tema deu-se em virtude da importância do planejamento no cotidiano, e na educação, e um desafio contínuo, devido a necessidade de refletir a prática desenvolvida, com o objetivo de que as atividades correspondam às perspectivas com relação à construção do conhecimento dos alunos (VASCONCELOS, 2010). Imprevistos acontecem durante a prática, e muitas vezes o que foi planejado, e o modo como foi planejado, pode ser falho, sendo indispensável uma avaliação constante do que foi planejado, adequando-se aos interesses dos educandos.

O trabalho docente implica em um ato técnico formativo, mas sobretudo, político, humano e social. No entanto, para tal, impõe a escolha de que o ofício do professor seja organizado pelo ato de efetivar o planejamento da gestão da sala de aula, como atividade intencional, que promova o desenvolvimento integral de seus alunos em uma perspectiva humana, histórico-crítica.

O planejamento escolar é uma ação garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foi estipulada no ano de 1996. Por meio dessa lei é assegurado que todos os profissionais que atuam na área de educação possam contar com um tempo destinado para pensar, apontar e efetuar o planejamento

pedagógico, obtendo assim um melhor controle das atividades educacionais que irão ocorrer durante o ano letivo.

De acordo com Vasconcelos (2010) alguns estudiosos consideram que por meio do planejamento podem ser identificadas e verificadas algumas das fragilidades no ambiente escolar, assim como unificados, algo que conceder aos profissionais docentes uma oportunidade de promover as suas atividades de uma forma eficiente ou mesmo minimizar algumas questões presente dentro do ambiente escolar.

Por meio dos pontos trabalhados no planejamento os gestores passam a ter uma compreensão mais prática do que precisa ser realizado dentro das rotinas escolares para que os alunos tenham um desempenho positivo, assim como as condições necessárias para o seu desenvolvimento junto ao meio escolar.

Para Padilha (2011), o planejamento escolar desenvolvido adequadamente atende às demandas às quais se reportam, algumas regras básicas são observadas, dentre as quais se destacam a elaboração, a execução e a avaliação de cada etapa construída. Também é indispensável definir metas claras para cada uma das atividades, relacionando-as ao objetivo central de todo o processo, ou seja, tendo claro que educação e quais conhecimentos querem que eles construam. Sendo assim, o planejamento torna-se realmente um instrumento de trabalho, colocando-se em prática todo acordo imaginado, para que aconteça à avaliação no processo de ensino.

Dentro do ambiente de ensino infantil um dos principais métodos utilizados consiste na ludicidade ou brincadeiras, como forma de apresentar aos alunos um conteúdo ou mesmo verificar a resposta dos mesmos quanto aos ensinamentos promovidos junto a rotina escolar.

Nas situações lúdicas, a interação entre os colegas e com o professor cria uma matriz colaborativa, uma zona de desenvolvimento potencial em que as representações do conhecimento e dos recursos linguísticos que fundamentam o brincar desenvolver e se tornar cada vez mais complexo (POUCO; GLICK, 2013).

Na hora de entrar na educação infantil, podem haver muitas diferenças entre as crianças em termos dos roteiros que construíram, em termos das representações mentais que possuem. Com efeito, os scripts são criações socioculturais e idiossincráticas. Dependem das vivências, das situações de interação que fazem parte da vida da pessoa, dependem do seu grupo social e cultural (BAGNATO; NEISWORTH, 2015).

Portanto, haverá crianças que terão roteiros para situações relacionadas ao

cuidado de animais e outras crianças que terão roteiros para situações como ir ao supermercado. Haverá crianças para as quais o roteiro da refeição será resolvido em uma sequência de ações que ocorre em uma sala de jantar comunitária junto com outras crianças que não fazem parte de sua família e para outras crianças o roteiro da refeição irá inexoravelmente se desenvolver em casa ou em um restaurante com sua família.

Ao longo dos anos ferramentas como as brincadeiras foram sendo introduzidas dentro do contexto educacional para promover um desenvolvimento igualitário e principalmente conceder aos alunos que apresentam uma certa necessidade diferenciada de ensino a oportunidade igualitária dos demais alunos. Por meio da prática de brincadeiras dentro do ambiente escolar os alunos acabam desenvolvendo não somente o conhecimento prático do que lhes é apresentado, como tem a introdução de determinados valores associados diretamente ao seu relacionamento com os demais alunos.

Quando o brincar acontece ele surge nos espaços dentro e fora da sala de aula, como o pátio, no recreio, nos momentos diários com os brinquedos, não sendo visto como um exercício legítimo no espaço escolar. Devido as inúmeras propostas de brincar que são ofertadas as crianças, faz com que elas não consigam assimilar todas e dessa maneira acabam não conseguindo realizar todas as atividades lúdicas que existem.

A valorização atribuída ao ensino infantil é uma consequência histórica e das conquistas dos movimentos sociais em prol dos direitos das crianças das diferentes classes sociais. Sarmiento (2012), discorre sobre os fatores que transformam a infância, quais sejam: globalização, amadurecimento profissional, trabalho infantil, abandono, descaso, transformações e problemática que conturbam a família na contemporaneidade.

Além desses fatores transformadores, uns dos fenômenos graves contemporâneos são os profissionais que não tem prazer em ser professores, exercendo a profissão somente para receber sua remuneração ao final de cada mês.

A execução na sala de aula do lúdico oportuniza que os alunos venham a se expressar, além de se sentirem úteis, alegres e gratificados por participarem de momentos criativos onde podem se expressar com prazer, analisando o ato de jogar enquanto elemento que se faz presente no indivíduo, e que se encontra dentro da perspectiva histórica da humanidade.

Nessa perspectiva, Moyles (2012) acrescenta que uma das características do jogo consiste no fato de mesmo se fundamentar pela liberdade de criar, modificando ou reorganizando as regras no momento das competições de maneira a atender as demandas dos estudantes, mas ao mesmo tempo que se possa respeitar a espontaneidade que lhe é característica, e assim possibilitar que eles possam expressar seu modo de pensar de acordo com suas culturas de forma ampla e irrestrita. Na infância eles são considerados primordiais.

Jogando e brincando ganha-se muitos benefícios diante do fato de exercitar diversos aspectos nas crianças, colaborando para que a personalidade das mesmas se solidifique, assim como o desenvolvimento de inúmeras funções tanto fisiológicas, quanto intelectuais e sociais se efetivem.

O importante é ajudá-la no processo de escolha dos jogos e brincadeiras levando em consideração aqueles dos quais as crianças apresentem maior interesse. As crianças devem poder escolher, devendo as mesmas serem respeitadas. Ao escolher os jogos e brincadeiras elas podem provar e se desafiar para se sentirem privilegiados, no entanto os educadores devem incentivá-las para que provem novas possibilidades (FREITAS, 2013).

Quanto a parte avaliativa na educação infantil a mesma é realizada com a mesma finalidade do ensino fundamental, porém de outras formas, uma vez que as crianças apresentam formas de conhecimento ou aprendizagem diferenciada, sendo preciso aos professores promoverem avaliações mais criativas. Ao longo do período da educação infantil os padrões de avaliações consistem no crescimento em conhecimento ou mesmo na verificação das questões individuais dos alunos quanto aos conteúdos apresentados.

As práticas de cuidado infantil na educação infantil não se restringem apenas ao cuidado e ao atendimento das necessidades básicas e fisiológicas dos menores. A responsabilidade da instituição de educação infantil é desenvolver práticas sociais vinculadas à ação de educar e cuidar que proporcionem às crianças diversos materiais e elementos, tais como: tinta, lápis, giz de cera, tesoura, cola, massinha, brinquedos diversos, objetos de plástico, madeira, alumínio, tecido; sepulturas, folhas, pedras, terra, areia, água e outros, que visam potencializar suas capacidades emocionais, sociais, motoras e cognitivas por meio da imaginação, ludicidade, exploração, experimentação e descoberta (GALIAN, 2014).

Pode-se concluir que cada criança apresenta uma necessidade ou questão a ser trabalhada junto a educação, algo que expressa a importância dos professores e de suas avaliações. São por meio dessas observações comportamentais que os alunos deixam transparecer onde possuem mais facilidade de ensino e quais suas principais dificuldades, podendo os mesmos receber todos os cuidados necessários por parte dos professores ou educadores.

Um educador que não apresenta um trabalho afetivo, com emoção, pode causar uma série de efeitos não só aos alunos como a si mesmo. Segundo Lopes (2010), prejuízos emocionais, desgaste físico e psicológicos podem impactar no processo de ensino aprendizagem das crianças. Se o professor não demonstrar nenhum tipo de afeto por seus alunos, ele mesmo dificultará o trabalho pedagógico que ele planejou, pois sem o afeto, a criança mal se desenvolve, além dessa atitude acarretar impactos negativos na vida dos alunos.

A interação educadora - criança é fundamental para um adequado desenvolvimento afetivo e intelectual. Assim, os primeiros educadores de uma criança desempenham um papel de extrema importância para a vida futura dessa criança, seja no aspecto como pessoa, quanto na vida escolar. Toda interação precisa ser afetuosa, atenciosa e cuidadosa, pois o bebê e criança sentem e reagem a esse tipo de resposta se apegando ao Educador, mas nem sempre essa adaptação ocorre da mesma maneira, cada criança vai se desenvolver no seu tempo e o educador precisa respeitar isso (ALLIENDE, CONDEMARÍN, 2015).

Deve-se sempre estar atentos as falas e críticas que as crianças e seus familiares trazem, pois, essas e outras situações que facilitam o fortalecimento do vínculo entre todos os envolvidos. É necessário também que o educador entenda que ele também é um aluno e que precisa enfrentar os desafios diários que existem dentro de sala de aula e ter um olhar de afeto para reagir as mais diversas situações que possam existir ao longo dos anos.

O processo ensino-aprendizagem sofre influências dos participantes da relação professor-aluno, pois nessa dinâmica relacional é preciso considerar a complexidade entre o pessoal e o social, só compreendidos no contexto de influências que surgem em cada experiência intersubjetiva (TUNES; TACCA; JUNIOR, 2015).

Para que seja desenvolvida uma boa relação no ambiente escolar, os professores precisam ganhar a confiança dos alunos, assim como demonstrar aos mesmos que estão ali para colaborar com o seu desenvolvimento educacional e

social. Uma vez que os alunos adquirem confiança, a relação acaba ocorrendo naturalmente, destacando que a maior parte dos conflitos entre professores e alunos, acaba ocorrendo durante o ensino fundamental e médio, uma vez que os alunos estão passando pela fase da adolescência onde o professor passa a ser visto como uma pessoa designada a colocar limites.

A afetividade pode ser considerada uma das partes mais importantes na formação individual emocional, consolidando alguns comportamentos representados pelos indivíduos em sua rotina ou ambientes onde os mesmos estão inseridos. Vale ressaltar que a afetividade é um composto muito presente junto às famílias e podem ser determinantes no desenvolvimento emocional dos indivíduos.

A afetividade é uma questão muito importante no desenvolvimento das pessoas, principalmente nos primeiros anos de vida, pois o carinho que a criança percebe em seu crescimento é decisivo e deve ser equilibrado para não prejudicar seu desenvolvimento psicológico. O desenvolvimento da afetividade se explica desde os primeiros anos da criança até a adolescência, com os diversos problemas afetivos que podem ocorrer ao longo da vida do homem (BOCK, 2015).

A afetividade, neste momento, é um tema recuperado pela psicologia cognitiva. A emoção é atualmente um capítulo muito importante na psicologia evolutiva e na psicologia educacional. Por meio das emoções o sujeito expressa grande parte de sua vida afetiva (alegria, tristeza, raiva, ciúme, medo ...), sem emoção seríamos máquinas e, portanto, insensíveis. Embora as emoções-sentimentos tenham que ficar escondidos por muito tempo, hoje fazem parte da motivação, e em certos momentos podem ser definidores do nosso comportamento, transmitindo o nosso estado de espírito sem palavras.

O conceito de afetividade, em sentido estrito, é a resposta emocional e sentimental de uma pessoa a outra pessoa, a um estímulo ou a uma situação. Em um sentido amplo, no termo afetividade geralmente inclui tanto emoções e sentimentos quanto paixões (BOCK, 2015).

De acordo com Capelatto (2017) as emoções são estados afetivos que ocorrem repentina e abruptamente na forma de uma crise mais ou menos violenta e mais ou menos temporária (estado afetivo agudo, de curta duração e acompanhado de repercussões mais ou menos orgânicas). Os sentimentos são estados afetivos complexos e estáveis, mais duradouros do que as emoções, mas menos intensos (resposta duradoura e persistente, mas com nuances suaves).

As paixões seriam estados afetivos que participam das características das emoções e dos sentimentos na medida em que possuem a intensidade da emoção e a estabilidade do sentimento. É evidente que nas crianças, até os dois anos, o que predomina são as emoções.

Defender e pôr em prática essa concepção curricular libertária em todos os aspectos da esfera humana é uma questão relevante, contudo, não é impossível de se concretizar, uma vez que há organicidade dos modelos curriculares, baseado na luta histórica por uma educação humana, tendo como exemplo o legado de Paulo Freire com seus ideais de luta e emancipação dos indivíduos, reivindicando seus direitos constitucionais, através da organização escolar. Pacheco (2014) salienta que existem instituições de ensino com dedicação total na transmissão de conhecimentos pedagógicos e só, desconsiderando os conhecimentos adquiridos através do afeto, e negando a oportunidade de o mesmo descobrir e organizar suas verdades.

É preciso desenvolver um projeto pedagógico que proporcione aos educandos uma nova concepção de mundo, de educação e de sociedade, que dialogue com a realidade. A luta em torno da educação contra as atividades que desumanizam os sujeitos, por meio de um currículo engessado que torna a educação cada vez mais alienante são incessantes e, por conta disso precisa-se de uma educação basilar, pautado no seu histórico afetivo em prol de uma emancipação integral, e por esse motivo é que a educação freiriana é o pilar de uma concretização de uma pedagogia libertária (KUPFER, 2013).

Diante do que se foi descrito, compreende-se que a educação de base freiriana busca incessantemente lutar pelos interesses e necessidades de uma educação de qualidade, classificada como grande importância para o estabelecimento de um sistema educacional específico para contemplar uma população que sofre demasiadamente com as precarizações, garantindo uma educação de qualidade, voltada para o conhecimento integral, valorizando sua temporalidade, os saberes próprios, levando em consideração o lugar de onde pertence, seus estilos de vida, e a cultura pertencente a esses sujeitos.

A criança necessita ser amada, acolhida, aceita, para se sentir segura, para poder despertar para a vida do aprendizado. A escola junto com o professor em sala de aula, deve fazer o aluno sentir-se um ser amado, considerando seu ponto de vista, deixando-o falar, levando em conta sempre sua realidade de vida. Sendo assim, para

que haja o desenvolvimento e aprendizagem é necessário afetividade, porque estão interligadas (PACHECO, 2014).

Há eficiência na prática pedagógica quando o aprendizado é composto por alegria, afeto, e o prazer naquilo que se faz, seja no aprender ou no ensinar, e na educação infantil estes elementos se fazem necessários no cotidiano escolar, possibilitando a criança em explorar, em se expressar, considerando suas ideias e opiniões. Toda criança necessita de relações afetivas, seja no ambiente familiar ou com as pessoas que convive no ambiente escolar, pois esses vínculos afetivos contribuirão para o seu desenvolvimento e para a construção da aprendizagem.

3. AS FINALIDADES EDUCATIVAS DA ESCOLA, E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ-GOIÁS

O presente capítulo apresenta uma análise sobre as finalidades educativas da educação buscando abordar sua influência no Projeto Político Pedagógico e no ensino-aprendizagem na escola pública municipal, tendo como foco o município de Itaberaí-Goiás. Inicialmente a instituição é identificada com um breve histórico, passando-se a informações sobre sua estrutura. Posteriormente, apresenta-se uma análise do que foi encontrado no PPP buscando discutir as finalidades educativas e as implicações para o ensino-aprendizagem.

3.1 Caracterização geral da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri

A Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, está localizada na Rodovia GO 156, km 2, Fernanda Park, na cidade de Itaberaí, Estado de Goiás sobre o número do CNPJ: 01.821.196/0001-48. Mantida pelo município de Itaberaí/GO e administrada pela Secretaria Municipal de Educação que norteia todo trabalho Pedagógico, nos termos da legislação em vigor. A escola encontra-se a 100km da capital de Goiás (PPP, 2022).

A escola, antes denominada Escola Municipal Palmital foi criada pela Prefeitura Municipal de Itaberaí, pela Lei nº 210/77 e pela Lei nº 238/79 de 08/11/1979, localizada na Fazenda Palmital - Zona rural, mantendo o Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), sendo seu regimento aprovado pela Resolução CEE nº 056, de 03/03/1998, ficando desativada em 1995 e 1996 (PPP, 2022).

Em 1997, passou a funcionar no bairro Fernanda Park, reativada pelo Prefeito Juvenal Raimundo de Lima, funcionando, de forma provisória, num espaço físico bastante precário, no antigo Tatersal da cidade de Itaberaí. Embora num espaço físico inadequado, isso não se tornou em uma barreira para impedir o seu avanço notório, a escola atendia naquela época, alunos da educação básica (PPP, 2022).

Em 2007, a escola enfrentou uma situação inusitada ao se mudar temporariamente para uma quadra de esportes e uma igreja localizada no bairro. Nesse período, as salas de aula foram divididas por lonas, mas surpreendentemente, a qualidade de ensino não foi afetada negativamente. De fato, nesse mesmo ano, a escola obteve destaque ao alcançar um alto índice no Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (IDEB). No entanto, as razões para esse sucesso não ficaram claras (PPP, 2022).

Após esse período de reestruturação temporária, a escola passou por um amplo processo de reconstrução física, em que suas instalações foram completamente reconstruídas. Finalmente, no dia 11 de fevereiro de 2008, as novas instalações foram entregues à população. Essa mudança física pode ter sido um fator relevante para a melhoria da qualidade de ensino, mas é necessário obter mais informações sobre outras medidas ou estratégias que também possam ter contribuído para o sucesso no IDEB (PPP, 2022).

Portanto, embora a escola tenha enfrentado um período desafiador de mudança temporária para locais improvisados, ela conseguiu manter a qualidade de ensino, conforme evidenciado pelo alto índice alcançado no IDEB em 2007. A reconstrução das instalações da escola em 2008 pode ter sido um ponto importante para o progresso posterior, mas é fundamental compreender outras ações implementadas para fortalecer o desempenho educacional e aprimorar o ambiente de aprendizagem.

Atualmente, a escola propõe agora uma expansão na oferta de ensino, oferecendo a Educação Básica (Ensino Fundamental I e II de 09 anos) de acordo com a Resolução do Conselho Municipal de Educação – CME nº 03/2012 de 18 de abril de 2012. Com a alteração de denominação da Lei Municipal nº 238/79 pela lei nº 1.030/2008, inciso 39 de 07/02/2008 passando a ser denominada Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, em homenagem ao padre Elígio Silvestri, que muito contribuiu para a reestruturação física da escola realizando a parceria financeira entre o governo municipal de Itaberá e o governo da cidade de Fiorano, (na região de Bologna, na Itália) (PPP, 2022).

A Escola Municipal Padre Elígio Silvestri segue as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases, com o objetivo de proporcionar aprendizagem de qualidade para todos os alunos nos períodos matutino e vespertino. A infraestrutura da escola inclui quinze salas de aula, uma biblioteca e um laboratório, que foram reativados para oferecer momentos de leitura e pesquisa extraclasse. Além disso, há salas para a diretoria, secretaria, coordenação e Atendimento Educacional Especializado (AEE), que auxilia alunos com dificuldades educacionais.

O corpo administrativo tem horários distribuídos para atender satisfatoriamente a todos os períodos, e a gestão dos recursos é feita de forma transparente e

democrática, com a participação do Conselho Escolar e da comunidade na aprovação dos planos e prestação de contas. As atividades são organizadas visando ao trabalho em grupo, com projetos interdisciplinares, uso de recursos tecnológicos e aproveitamento dos espaços físicos da escola, como o pátio e a quadra de esportes (PPP, 2022).

A convivência na escola é solidária, com informações atualizadas circulando de forma democrática e respeitando as opiniões divergentes. A escola se preocupa em lidar com as diferenças, promovendo o respeito e acolhimento da diversidade, especialmente em relação a alunos com necessidades educacionais especiais. Seu lema é "A diferença nos enriquece, o respeito nos une" (PPP, 2022).

A gestão da escola é pautada pela gestão democrática, promovendo assembleias e reuniões para discussão de projetos de acordo com a legislação e normas curriculares. O incentivo às expressões de ideias e troca de experiências é valorizado como princípio fundamental para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos.

A escola oferece o ensino regular em dois turnos, no período matutino para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano) e no período vespertino para o Ensino Fundamental I (1º ao 5º Ano). Além disso, há o Atendimento Pedagógico em horários alternados para reforço do aprendizado dos alunos da fase inicial.

Para estimular a participação dos alunos, são realizados projetos integrativos como projeto horta escolar, projeto de esportes (futsal, vôlei, handebol), projeto de dança e música, projeto de leitura e escrita do programa alfa mais. Essas atividades têm o propósito de fazer com que os alunos se tornem protagonistas na construção do conhecimento e ideias.

3.2 A caracterização do PPP da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri

O Projeto Político Pedagógico está caracterizado em um documento de 134 laudas, em um esforço conjunto de diversos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, a saber – direção, equipe pedagógica, professores, alunos, pais e comunidade local – da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri. O documento expressa a preocupação e compromisso dos profissionais com a evolução do ensino com o objetivo de atender às propostas sócio culturais, históricas, políticas e econômicas, que promovem a sociedade brasileira (PPP, 2022).

O documento está estruturado em 17 seções, a saber: apresentação – demonstra o esforço coletivo de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da escola, refletindo a contextualização do trabalho realizado e principalmente o objetivo geral e os objetivos específicos. O período do documento compreende o período biênio de 2022 à 2024, e tem-se como objetivo geral:

organizar o trabalho pedagógico da Escola Municipal Padre Elégio Silvestri, nos princípios da igualdade, gratuidade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, com a finalidade de formar o cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo na construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática (PPP, 2022, p. 4).

O primeiro item trata da justificativa do PPP, que ilustra a importância do documento para a escola, seus usuários, funcionários e sociedade, abrange a questão política, social e educacional, cita também a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos da Unesco de 1990.

A seguir descreve a identificação e histórico da escola, a apresentação se encontra descrita no item anterior 3.1 da presente dissertação, abrange o espaço físico e a organização da instituição escolar, continua com o detalhamento do calendário escolar.

O terceiro item trata da filosofia da escola, ressalta-se o agir pedagogicamente que transpõe para o cotidiano das salas de aula uma visão de mundo, explica duas tendências sobre o papel social da educação, o entendimento do que é escola e aprendizagem, sua função e a proposta de trabalho da unidade escolar, ressalta-se o que é ser um cidadão.

O próximo item trata acerca dos princípios norteadores da educação, que apresenta a organização do trabalho baseado na Constituição Federal Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que fortalece e embasa o PPP da Escola Municipal Padre Elégio Silvestri.

O quinto item retrata a realidade na educação, explana sobre a educação no Brasil retratando inclusive a exclusão social com foco na COVID-19, apontando percentuais importantes de exclusão escolar. Continua com a apresentação da história do Estado de Goiás, ressalta-se que o estado foi um dos pioneiros a assumir a reforma educacional proposta pelo governo federal. A seguir apresenta um pouco da história do município de Itaberaí e finda com a educação na Escola Municipal Padre Elégio Silvestri especificamente.

O sexto item trata da análise das contradições e conflitos presentes na prática docente. Traz em seu contexto, uma compilação de momentos da história no que tange o cenário da prática docente, ressalta-se a sociedade em certos pontos da história, cita-se instituições de ensino e suas discussões, bem como a imposição de diretrizes econômicas, políticas, sociais e educacionais e o papel da escola.

O item sete descreve as concepções que nortearão as práticas escolares, em especial o PPP que busca expressar as concepções de homem, sociedade, trabalho, educação, cultura, ciência e tecnologia. Ou seja, são apresentados conceitos que definem as visões do coletivo no que tange o PPP da escola em prol do coletivo, por meio de reuniões relacionadas aos pressupostos que fundamentam a educação.

O próximo item trata da concepção de avaliação, que possui fundamental importância na prática educativa, pois só há sentido se houver como ponto de partida e ponto de chegada o processo pedagógico com o intuito de identificar as causas do sucesso ou insucesso escolar. Segue descrevendo as diretrizes para práticas avaliativas da instituição escolar e finaliza com o sistema de avaliação do estabelecimento de ensino baseado no regimento escolar e na legislação vigente.

O nono item trata dos princípios da gestão democrática que descreve a gestão escolar como sendo “o processo que rege o funcionamento da escola compreendendo a tomada de decisão conjunta no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões pedagógicas e administrativas” (PPP, 2022, p. 42).

O item dez retrata a questão da inclusão, enfatiza-se a democratização do ensino, todos tem o direito de participar do processo de escolarização. Uma questão pertinente levantada é de que, para a democratização escolar é necessário aumentar a oferta de qualidade para valorizar a diversidade das classes sociais e a peculiaridade de cada indivíduo baseado na resolução CME nº 03/2012.

Já no décimo primeiro item encontra-se o planejamento geral das práticas pedagógicas, baseado na proposta de educação, de sociedade e de homem que se deseja a luz dos princípios que norteiam o PPP ao repensar a ação educativa em relação a questões administrativas, pedagógicas e comunitárias.

O item doze trata acerca do ensino da história e cultura afrodescendente e africana, cujo é desenvolvido pelos docentes de história, língua portuguesa e literatura e arte, já nas demais disciplinas é lecionado de forma pluridisciplinar.

O próximo item abarca a formação continuada dos profissionais da escola, vale ressaltar que não se limita aos conteúdos curriculares, mas estende-se à discussão

da escola como um todo, bem como as suas relações com a sociedade. Abrange questões relacionadas a cidadania, questões de diversidade étnico-cultural, a gestão democrática, a avaliação, a metodologia de pesquisa e ensino, a análise de conjuntura política, econômica e educacional internacional, nacional, estadual, bem como a municipal.

O décimo quarto item descreve os recursos físicos e materiais da escola, que compreende 693,40 metros quadrados de construção. O décimo quinto item retrata os eixos temáticos, a saber: a COVID 19 e a dengue; tecnologias; depressão, ansiedade, drogas e abuso sexual; e, educação ambiental e diversidade cultural.

O item dezesseis abarca a proposta curricular de acordo com o regimento escolar, descreve a: estrutura curricular; e, as propostas curriculares do ensino fundamental II.

O último item apresenta o acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico que será acompanhado por todos os envolvidos supracitados, as avaliações pontuais ocorrerão a cada dois meses no momento do pré-conselho e conselho de classe, se extraordinariamente caso necessário.

O documento é finalizado com a explanação de que foi re-elaborado de acordo com as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes do Conselho Nacional da Educação, da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação e sua indicação no Estatuto da Criança e do Adolescente, atendendo a todas as exigências legais.

Dessa forma, ao discutir a elaboração do PPP da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri no próximo tópico, será possível analisar essa perspectiva para contemplar as múltiplas dimensões da diversidade sociocultural presente no ambiente escolar. O PPP, ao articular cognição, aspectos político-sociais, ético-culturais e afetivos, deverá garantir uma educação de qualidade que atenda às necessidades de todos os alunos, considerando suas origens, pertencimentos étnicos, consciência de gênero, orientação sexual e faixa etária.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri carrega uma dimensão coletiva, realiza o agrupamento de diferentes indivíduos de forma coletiva, atribuindo um conjunto de normas e valores a serem cumpridos.

Mostrando uma produção que envolveu todos os atores do processo ensino-aprendizagem: direção, equipe pedagógica, professores, alunos, pais e comunidade.

Ele está dentro do modelo mencionado anteriormente, das propostas críticas, diversas, democráticas e autônomas (PPP, 2022).

A dimensão coletiva surge quando a equipe enfrenta as contradições nas ações da escola, conhecendo e definindo os objetivos e ações que possibilitem a aprendizagem de seus alunos. Explica-se que desenvolver um trabalho em conjunto não significa eliminar diferenças, e sugere-se que junto com essas diferenças pode haver compatibilidade em termos de objetivos para os quais os membros da equipe trabalham.

O processo de elaboração do PPP da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri foi conduzido de forma participativa e colaborativa, envolvendo todos os atores da comunidade escolar. Inicialmente, foram realizadas reuniões com a equipe gestora da escola, composta pelo diretor, coordenadores pedagógicos e demais membros da equipe administrativa, para discutir a importância e os objetivos do PPP.

Segundo o documento para que haja democracia é feito um plano de ação, levantamento de assuntos que serão tratados, agendamentos de dia e horário, convocações oficiais e virtuais à vários setores e principalmente a comunidade escolar, em seguida são realizados assembleias e encontros com os professores, funcionários, pais e responsáveis pelos alunos, bem como com os próprios estudantes. Nessas reuniões, foram abordadas questões relacionadas à identidade da escola, suas principais características e valores, como a visão de educação, os desafios enfrentados e as expectativas em relação ao processo educativo (PPP, 2022).

Durante esses encontros, os participantes foram convidados a expressar suas opiniões, ideias e propostas para a construção do PPP. As discussões foram mediadas por profissionais da área de educação, que garantiram a escuta ativa de todos os envolvidos, buscando valorizar as diferentes perspectivas e experiências presentes na comunidade escolar.

Além das reuniões presenciais, foram utilizados meios de comunicação para ampliar a participação de todos os interessados. Foi disponibilizado um canal de comunicação online, como uma plataforma, para que aqueles que não puderam estar presentes nas reuniões pudessem enviar suas contribuições e sugestões.

Após a coleta e sistematização das ideias e propostas apresentadas, a equipe responsável pela elaboração do PPP trabalhou na redação do documento final, assegurando que todas as contribuições fossem devidamente consideradas e

incorporadas. O PPP resultante desse processo reflete, portanto, as visões, expectativas e objetivos de toda a comunidade escolar, tornando-se um instrumento legitimado e representativo das aspirações educacionais da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri.

O documento foi construído através de um processo democrático, aberto ao diálogo e à participação de todos os atores envolvidos no cenário educacional. Essa abordagem coletiva fortalece a identidade da escola, promove o engajamento de sua comunidade e direciona ações para uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada com as necessidades e realidades dos estudantes e da sociedade.

Há uma preocupação e um compromisso, de atrelar a qualidade do ensino à resposta às necessidades socioculturais, históricos, políticas e econômicas próprias da sociedade do Brasil. Na sua finalidade, está a construção de um acesso igualitário ao aprendizado, promovendo condições físicas, materiais e pedagógicas para que os alunos sejam os próprios agentes que constroem seus desenvolvimentos, posicionando-se de maneira crítica e reflexiva enquanto cidadãos que têm consciência de seus direitos e deveres (PPP, 2022).

Figura 1 - Salas de aula da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Observando as ideologias neoliberais citadas ao longo do tópico, pode-se considerar que o PPP da escola busca promover um vínculo entre a comunidade e estabelecer um ambiente positivo para as necessidades dos indivíduos quanto a formação ou educação. Sendo um ponto de suma importância de o PPP relacionar de forma eficiente o espaço público e social, uma rotina fundamental ao longo dos anos no ambiente escolar ou nas instituições de ensino.

O exercício democrático se dá, por exemplo, em ações que aproximam as famílias e as tornam aliadas, para que haja recepção e colaboração durante o processo educacional. São mencionados, enquanto exercícios de longo prazo, o diálogo, o acolhimento à diversidade cultural, o respeito e a produção do conhecimento (PPP, 2022).

Tem-se, enquanto tarefa, o atendimento de toda a comunidade com qualidade e garantia de posse sistemática do saber científico que foi historicamente acumulado, contemplando as experiências de vida e a realidade social dos alunos. As reflexões necessárias são processuais e contínuas, pensando, a todo o momento, na implicação de cada um no desenvolvimento de cada sujeito e cidadão.

O PPP consiste em um documento regulatório de todas as atividades que são realizadas ou aplicadas dentro das rotinas escolares, a fim de acompanhar o progresso dessas, assim como planejar de que forma essas serão aplicadas junto aos alunos de forma eficiente.

Por meio das suas informações o PPP expressa todas as rotinas que devem ser executadas por parte dos profissionais docentes, buscando demonstrar as medidas tomadas pela gestão para um melhor desempenho escolar dos alunos. Assim como evidencia as medidas adotadas e os recursos que foram aplicados nas rotinas escolares para um melhor resultado educativo (HERNENDEZ, 2013).

Entre os objetivos do PPP que mais chamam a atenção, pela relação com o conteúdo aqui discutido, estão:

- Definir as ações educativas e as características necessárias para que a escola cumpra seu propósito e intencionalidade (que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo);
- Explicitar claramente o diagnóstico da realidade socioeconômica e educacional dos alunos, pais, assim como, da formação e capacitação dos professores e, a partir deste, definir as ações que nortearão o currículo e as atividades escolares;
- Propiciar a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania;
- Organizar o trabalho pedagógico de forma que possibilite romper com relações competitivas, corporativas e autoritárias;
- Resgatar a educação que se quer a partir da definição do cidadão que se deseja, é procedimento necessário para vivenciarmos a prática social proposta no projeto da escola;
- Manter o foco na aprendizagem ao invés do ensino e programação curricular;
- Tornar o processo avaliativo o momento de identificar as dificuldades dos alunos para que se compreenda como ajudá-los e não um processo meramente burocrático de seleção entre aprovação e reprovação;
- Propiciar um processo de recuperação diária e não apenas ao final do ano letivo para cumprimento regimental (PPP, 2022, p. 4-5).

Pode-se destacar que o Projeto Político Pedagógico auxilia a gestão escolar, visto que é um documento importante para a organização escolar, contendo a identidade da escola e o plano para o melhor processo de ensino e aprendizagem para a comunidade escolar.

Destacam-se as ações que buscam um regimento autônomo, subjetivo e democrático em detrimento das demandas neoliberais de alcance de metas, produtividade e avaliação de dados quantitativos. Os dois últimos itens, por exemplo, vão completamente na contramão dos ideais contemporâneos de culpabilização individual pelo fracasso escolar e da priorização do cumprimento de regimentos autoritários.

Observando os pontos destacados no PPP, verifica-se a relevância quanto a avaliação dos conteúdos, assim como consolidar métodos ou processos que precisam ser realizados para recuperar e adequar os conhecimentos dos alunos junto ao ambiente educativo. Vale destacar que, os professores tem um papel fundamental ao longo dessa rotina, padronizando ou implantando métodos avaliativos eficientes.

A instituição entende que os resultados alcançados, em sua totalidade, são fruto do processo ensino-aprendizado em relação com esses objetivos. Esse processo é baseado na busca pelo conhecimento, desenvolvimento de competências e habilidades – alcançados a partir de valores e experiências antigas em conjunto com a procura pelo aprender junto às constantes mudanças tecnológicas e comunicacionais. Nesse sentido, a concepção de aprendizagem, aqui, embarca mudança de hábitos e comportamentos, para que seja possível exercer, em sociedade, um posicionamento crítico e ativo (PPP, 2022).

A escola também tem, como pressuposto, a teoria de que, para que a assimilação ocorra de fato, o aprendizado necessita ser significativo e importante para o cérebro, de forma a fazer sentido para o contexto cotidiano e histórico do sujeito. Na figura 2 abaixo, observa-se um dos referenciais teóricos que embasam o referido PPP.

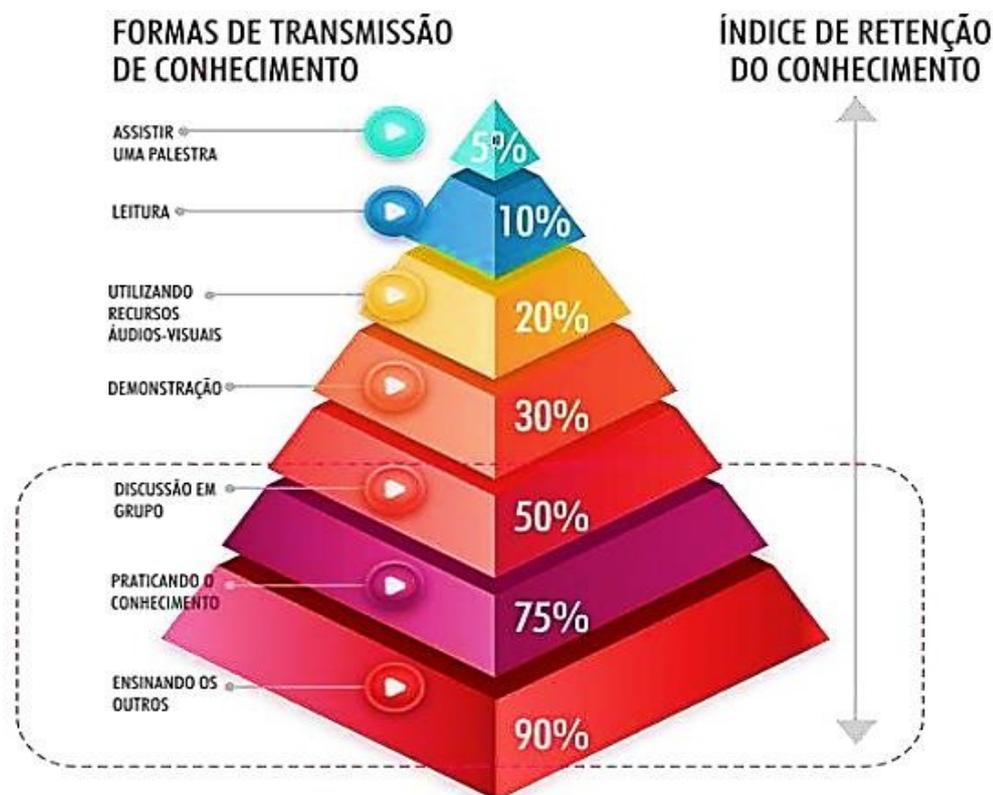
Figura 2 - Pirâmide de William Glasser



Fonte: Escola Municipal Padre Elgígio Silvestri (2022, p. 59).

O psiquiatra americano William Glasser via o papel do professor como um guia, ao invés de um chefe. Considerando que a maioria dos alunos esquecia os conceitos após a aula, deu-se conta de que o ato de aprender não se resumia à mera memorização. Para Glasser, os alunos aprendem efetivamente e junto com o professor, com uma experimentação no fazer. Nesse sentido, para ele, ensinar é aprender (MARXREITER, 2020). A figura 3 seguinte mostra a mesma pirâmide da figura 4 anterior, porém, com exemplos de transmissão de conteúdo de acordo com o índice de retenção de conhecimento, conforme a teoria do psiquiatra utilizada no PPP da referida instituição escolar.

Figura 3 - Pirâmide de William Glasser com índices de retenção do conhecimento



Fonte: Marxreiter (2020, p. 28).

A escola, no PPP, utiliza embasamentos no campo da neurociência, a saber: ler, escutar, ver, ver e ouvir, conversar, escrever e explicar, como de Cosenza e Guerra (2011) que dizem que o processo de aprendizagem é único para cada sujeito. Nessa concepção, cada ser humano aprende aquilo que é mais relevante e que faz mais sentido para si, para seu contexto e para sua história – o que gera conexões cognitivas e emocionais. Aprende-se, de fato, aquilo pelo que se interessa e produza algum laço.

Marxreiter (2020) cita o ciclo de aprendizagem Kolb como uma condição vivenciada pelos alunos, ao invés de recebida passivamente, já o PPP trata do ciclo de alfabetização. O ciclo da aprendizagem experiência, exposto na figura 4, é composto por quatro estágios diferentes de aprendizagem.

- Experiência concreta: relacionada à aprendizagem através de vivência ou experiência. Aqui, o aluno criaria um vínculo direto com o objeto de sua aprendizagem em questão;
- Observação reflexiva: estímulo ao pensamento do aluno, refletindo sobre a experimentação vivenciada ou participada;

- **Conceitualização abstrata:** voltada ao momento em que o aluno relaciona, em alguma medida relevante, a prática realizada com os conceitos e teorias utilizados no contexto educacional;
- **Experimentação ativa:** se dá nos momentos em que o aluno é capaz de aplicar as habilidades desenvolvidas em novos experimentos e desafios estabelecidos pela escola ou pela vida cotidiana.

Figura 4 - O ciclo da aprendizagem experiencial de Kolb



Fonte: Marxreiter (2020, p. 29).

O PPP da escola utiliza a concepção de que, ao alterar a natureza, o ser humano altera a si mesmo. Nesse sentido, a interação homem-natureza é de caráter permanente, de mútua transformação e construída durante a produção da existência humana. Trata-se de uma ação intencional e planejada, medida pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais, cuja apropriação se dá de diferentes maneiras pela humanidade.

O trabalho, nessa perspectiva é uma ação intencional, do ser humano em suas relações sociais, porém inserido em um sistema capitalista. Nesse sentido, não é possível enxergar o trabalho sob a ótica da tranquilidade, considerando que está entrelaçado em relações de poder.

Nas sociedades baseadas na propriedade privada, temos, como resultado, grupos com interesses conflitantes, com possibilidades distintas no interior da sociedade – um conflito de classes. Ainda que as ideias reflitam as diferenças representadas pelos interesses antagônicos e predominem aquelas associadas aos interesses do grupo dominante, está enfatizado, no documento, que existe a possibilidade de produção de ideias que partem da realidade do outro grupo, refletindo o potencial de transformação presente na sociedade.

Como em muitas das instituições escolares públicas – senão todas, na Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, vivemos as evidências e consequências desse conflito. Apesar da diversidade e especialmente em função dela, a luta diária pela transformação se faz. Alunos - social e economicamente carentes objetivam, juntamente com a comunidade escolar, mudanças desejadas e merecidas. [...] A escola tem a função social de garantir o acesso de todos aos saberes científicos produzidos pela humanidade e permitir que os estudantes desvelem a realidade. Esse processo é indispensável para que não apenas conheçam e saibam o mundo em que vivem, mas com isso saibam nele atuar e transformá-lo. A Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, acordado com o ideal [...] expresso, busca entre seus profissionais, disseminar esse ideal, apoiando iniciativas que promovam o acesso amplo e aprofundado, na medida do possível, a seus alunos. Portanto, desta escola se espera a disseminação do conhecimento dinâmico pela troca de experiências, que busque inovações, que saia da rotina, que instigue o aluno a ousar, pôr em prática o conhecimento científico mediado pela escola. Nessa perspectiva, o aluno constrói seu senso crítico e sua autonomia, manifestando nas atitudes o conhecimento adquirido (PPP, 2022, p. 31-33).

Dentro do projeto educacional, o objetivo é promover uma transformação social, possibilitando uma educação libertadora, crítica e humanitária. Busca-se oferecer ao educando a oportunidade de trabalhar de forma ativa com conhecimentos científicos, políticos e culturais, visando formar um cidadão consciente de seus direitos e deveres para uma vida plena. Valoriza-se a interação harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente.

Na organização curricular, há uma preocupação em abranger diversas dimensões da ação humana, incluindo a cultura. A escola tem o papel de conscientizar sobre as diversidades culturais, especialmente ao trabalhar com culturas populares e aproximá-las da cultura erudita, atuando de forma política ao integrar essas dimensões sem dicotomias.

É uma responsabilidade da comunidade escolar respeitar a diversidade cultural e valorizar tanto a cultura popular quanto a erudita. O multiculturalismo é uma oportunidade para conhecer e vivenciar diferentes culturas, buscando transformar o indivíduo, a sociedade e o mundo. Culturas não são vistas como superiores ou

inferiores umas às outras, mas sim como partes integrantes da experiência humana, que merecem aceitação, valorização, respeito e reconhecimento. A contemplação e o respeito às diferenças culturais e socioeconômicas também é expressa, no PPP, no trato com as tecnologias:

No contexto educacional, a tecnologia deve ser entendida como uma ferramenta sofisticada e alternativa, pois a mesma pode contribuir para o aumento das desigualdades, ou para a inserção social se vista como uma forma de estabelecer mediações entre o aluno e o conhecimento em todas as áreas. É necessário continuar lutando pela escolarização como um bem público, contra a alienação política, contribuindo para que a educação em geral e o currículo, em particular, se constitua numa efetiva base para que os mais desfavorecidos transformem a própria concepção do poder. Assim, fica claro, que ter no currículo, uma concepção de educação tecnológica não será suficiente para o acesso de todos à escola, sem que haja uma vontade e ação política possibilitando investimento para que esses recursos tecnológicos (elementares e sofisticados) existam e possam contribuir para o desenvolvimento do pensar. Os recursos tecnológicos podem estabelecer relações entre o conhecimento científico, tecnológico e histórico-social, possibilitando que o indivíduo passe a pensar sobre a realidade em que se encontra, tornando-se cidadão consciente (PPP, 2022, p. 33).

É possível perceber, neste documento, a consciência de que a constatação de todas essas teorias e fatos de maneira integrada em um documento não é o suficiente para garantir o acesso igualitário e democrático à escola, enquanto instituição pensada da maneira crítica aqui trabalhada. Há uma relação e uma diferença desse pensamento, por exemplo, com as contradições presentes nas falas de diretoras citadas anteriormente, que se colocavam em impasses entre uma concepção crítica e uma prática à serviço das metas neoliberais.

São dadas, no PPP da escola, duas possibilidades à aprendizagem: mecânica ou significativa. Ambas são importantes em contextos distintos, possuindo caráter complementar no que diz respeito à necessidade dos conhecimentos básicos que guiarão. É dada importância à compreensão dos conhecimentos elaborados e complexos, os quais podem ser construídos ao longo da realidade experienciada, testes, questionamentos, pesquisas e metodologias diferenciadas.

Analisando o projeto de educação política da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, pode-se afirmar que é preciso uma discussão aprofundada sobre os objetivos da escola e o que é preciso para que a escola alcance um nível satisfatório de aprendizagem.

Também é importante observar que as informações contidas no PPP escolar representam a realidade da escola, sua organização, estrutura operacional e estrutura de situações decisórias e outras categorias. No entanto, as atividades dos indivíduos,

incluindo as famílias, devem ser descritas neste documento, assim como a avaliação da eficácia das atividades educativas. Esses fatores orientarão a reflexão e as decisões durante as reuniões de revisão do projeto.

O papel da escola na sociedade e principalmente na comunidade local é reconhecido, mas é preciso unir e conscientizar as pessoas do seu comprometimento com os objetivos da escola. Cada secretária deve conhecer seus papéis e responsabilidades e se comprometer a contribuir, participar e participar do conselho escolar e do desenvolvimento, implementação e avaliação do PPP.

Reuniões regulares são realizadas com a comunidade escolar, permitindo discussões e grupos para análise e redefinição de recomendações, além de discutir conjuntamente recomendações e soluções para os problemas que surgem no sistema escolar (PPP, 2022).

A distribuição do regime escolar político é muito importante pelo seu crescimento e sucesso. A equipe de gestão deve estabelecer meios eficazes de distribuição para que todos tenham conhecimento deste documento e sirva de guia para todo o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola.

Nesse sentido, a escola coloca, como sua proposta de trabalho, o desenvolvimento, por parte dos alunos, de capacidades intelectuais de agentes pesquisadores e construtores do conhecimento, lhes permitindo a assimilação significativa dos conhecimentos científicos, de maneira que estes estejam consonantes com os acumulados e adquiridos ao longo da experiência já vivida.

Destaca-se a importância de ensinar o aluno a pensar, ensinar formas de acesso e apropriação de determinado conhecimento para que ele possa utilizá-lo, de maneira pertinente, durante sua vida. Portanto, mais do que permanecer na escola, é pensada uma maneira de estabelecer um ambiente propício, física e estruturalmente, favorável ao aprendizado.

A análise de Lenoir (2013) aborda concepções relevantes sobre os critérios essenciais no funcionamento escolar, enfatizando a importância de finalidades que explicitem os valores que guiarão o sistema educativo. Enquanto as metas são pontos específicos de chegada, os fins direcionam o sentido do processo pedagógico, abrangendo aspectos gerais que fundamentam a prática educativa, além das realizações específicas decorrentes desse projeto.

Para alcançar as finalidades desejadas, é necessário desenvolver um projeto educativo que seja tanto estratégico quanto ideológico e político. Esse projeto implica

na transmissão de uma visão de mundo e está intrinsecamente ligado ao projeto de sociedade e de educação (LENOIR, 2013).

A contextualização da realidade social é outra dimensão relevante, envolvendo aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, linguísticos e religiosos que afetam a definição das finalidades educacionais e a atuação dos professores do ensino primário. Essa contextualização pode ser dividida em uma dimensão externa, que reflete influências externas sobre as finalidades estabelecidas para a educação, e uma dimensão geral, que está associada às particularidades do ambiente escolar e dos alunos, bem como às normas e regras da instituição e aos anos de ensino abordados (LENOIR, 2013).

A prática pedagógica é condizente com a formação do educador, com o processo de planejamento, com o desenvolvimento e avaliação das ações docentes, que devem estar vinculadas ao currículo ou Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada instituição. Contudo, vale ressaltar que cabe às escolas se adequarem aos princípios constituídos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, pois essas diretrizes, por si só, não garantem que as práticas pedagógicas possibilitem a qualidade do ensino e da aprendizagem das crianças.

3.3 As finalidades educativas no Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal Padre Elígio Silvestri

Libâneo (2016) apresenta importantes reflexões sobre o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) e suas contribuições fundamentais. O autor destaca a importância de uma reflexão crítica sobre a relação entre educação e pobreza, questionando o propósito das escolas, especialmente aquelas destinadas aos menos privilegiados. O PPP é influenciado pela definição de objetivos e funções escolares, assim como pelo currículo, organização e gestão, formação contínua de professores, assistência pedagógica e modelos de avaliação.

O autor também aborda as produções pedagógicas e sociológicas críticas, revelando a influência das políticas governamentais de cunho neoliberal, que buscam adequar a escola às necessidades econômicas, perspectiva considerada equivocada. Ele destaca a coerência entre democracia, justiça social e o papel das escolas na promoção do conhecimento. Em relação às políticas educacionais, sintetiza três orientações presentes na educação:

Orientação dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, que propõe políticas educacionais para combater a pobreza, associadas a um currículo instrumental ou focado em resultados imediatos.

Orientação sociológica/intercultural, de cunho sociocrítico, que defende um currículo baseado em experiências educativas, valorizando a diversidade social e cultural.

Orientação dialética-crítica, inspirada na teoria histórico-cultural ou pedagogias sociocríticas, que preza por um currículo fundamentado na formação cultural e científica, interligando-se com as práticas socioculturais, visando democratizar a sociedade e promover a inclusão social (LIBÂNEO, 2016, p. 4-5).

Essas orientações resultam em diferentes abordagens de qualidade de ensino, influenciando a concepção das atividades desenvolvidas nas escolas e salas de aula. Libâneo (2016) também destaca a proposta de educação em tempo integral, que requer uma mudança na função tradicional da escola, assumindo um papel educativo e protetor. A educação integral busca abranger diversas dimensões da formação dos estudantes, visando à formação integral e ampliada, por meio de atividades diversificadas alinhadas com o projeto pedagógico.

Uma proposta integral, como a almejada pelos PPP das escolas com esse pensamento, articula cognição, aspectos político-sociais, ético-culturais e afetivo. Uma educação de qualidade, nessa abordagem, dá atenção às diferenças que contemplem pertencimentos étnicos, consciência de gênero, orientação sexual, faixa etária e origem geográfica. Para dar conta desta proposta, a escola necessita responder a múltiplas funções, especialmente as de educadora e protetora, incorporando um grupo de responsabilidades que, embora não fossem tradicionalmente escolares, precisam estar garantidas, para que o trabalho pedagógico seja viabilizado, de fato (LIBÂNEO, 2016).

Libâneo e Silva (2020) discutem a inserção do multiculturalismo na educação e acreditam que ele se contrapõe à desvalorização institucionalizada por outras narrativas que constroem uma escola pautada na disciplinarização e homogeneização. Os autores entendem que o multiculturalismo assume diversas formas e entendem haver dissonâncias na forma com que se olha para a alteridade, as representações e entendimentos de cultura em projetos pedagógicos relacionados com as finalidades educativas.

É nesse sentido que o multiculturalismo se estabelece como uma alternativa de educação para a alteridade voltada para os direitos do outro, a igualdade e as oportunidades democráticas, contemplando relações pautadas no respeito entre os diferentes grupos socioculturais, com processos baseados na democracia e no

diálogo. A questão do multiculturalismo deve ser incluída nas discussões em sala de aula, a fim de criar um ambiente que aceite melhor as diferenças e, assim, levante questões como o racismo e a discriminação entre os alunos, além de poder considerar e compreender a intenção cultural ou política envolvida.

Uma proposta integral, como a almejada pelos PPP das escolas com esse pensamento, articula cognição, aspectos político-sociais, ético-culturais e afetivos. Nesse contexto, a Lei 10.678, de 23 de maio de 2003, contribui significativamente ao enfatizar a importância de uma educação de qualidade que dê atenção às diferenças e contemple pertencimentos étnicos, consciência de gênero, orientação sexual, faixa etária e origem geográfica.

Para atender a essa proposta integral, a escola precisa assumir múltiplas funções, especialmente as de educadora e protetora, incorporando um grupo de responsabilidades que, embora não fossem tradicionalmente escolares, precisam estar garantidas para viabilizar o trabalho pedagógico de fato (LIBÂNEO, 2016). Nesse sentido, a Lei 10.678/2003 reforça a importância de uma educação inclusiva, que promova a diversidade e o respeito às diferentes identidades culturais presentes na comunidade escolar.

Libâneo e Silva (2020) complementam essa perspectiva ao discutirem a inserção do multiculturalismo na educação como uma alternativa à desvalorização institucionalizada por outras narrativas que constroem uma escola pautada na disciplinarização e homogeneização. O multiculturalismo assume diversas formas e responde pelas dissonâncias na maneira como se olha para a alteridade, as representações e entendimentos de cultura em projetos pedagógicos.

Dessa forma, a abordagem multicultural estabelece-se como uma proposta de educação para a alteridade voltada para os direitos do outro, a igualdade e as oportunidades democráticas, contemplando relações pautadas no respeito entre os diferentes grupos socioculturais e promovendo processos baseados na democracia e no diálogo. A Lei 10.678/2003, ao incentivar a diversidade e a inclusão na educação, se alinha a essa perspectiva multicultural e contribui para uma educação mais justa e igualitária.

Os autores chamam a atenção para a maneira como esse processo se dá na realidade brasileira, com grande ênfase na desigualdade social enquanto característica de diversidade que deve ser fator contemplado nos PPP.

Com efeito, em nosso país, na escola pública comum, diferentemente de países europeus e da América do Norte, a diversidade sociocultural aparece, sim, nas culturas minoritárias, mas muito mais nas diversidades manifestas em razão da origem de classe, das desigualdades sociais, das trajetórias anteriores de escolarização. A população que se inclui na categoria de “grupos mais desfavorecidos”, não é a minoria, mas a maioria. Assim, em se tratando da escola pública, o atendimento à diversidade não consiste, em primeiro lugar, em melhorar a situação das minorias étnicas no cotidiano escolar e na sala de aula, mas em contemplar essa melhoria em relação à diversidade de todos os alunos em suas condições sociais, culturais, materiais, em função do acesso aos conhecimentos, incluindo aí os pertencentes a minorias étnicas e culturais. Há, sim, em nossas escolas, minorias sociais, étnicas, culturais, mas, acima de tudo, temos uma maioria pobre cuja necessidade básica é a sobrevivência material, sujeita a todas as consequências decorrentes da desigualdade social e, por isso mesmo, necessitada de ser atendida em seus direitos à educação escolar e, claro, à diferença. Propõe-se, assim, uma abordagem pedagógica da diversidade sociocultural na escola que se distingue de outras que se restringem a oferecer um currículo exclusivamente à medida das identidades culturais. Desse modo, se propõe a dar atenção intencionalmente positiva às diferenças, ao mesmo tempo em que se assegura uma escola unitária, comum, que mantenha ou promova um mínimo de coesão social e cultural (LIBÂNEO; SILVA, 2020, p. 830).

Libâneo e Freitas (2018) discorrem acerca da maneira com que a lógica neoliberal e mecanicista incide sobre as políticas educacionais e, neste caso, especificamente sobre as avaliações de resultado. Há avaliações externas em larga escala, utilizando resultados que determinam a classificação das escolas em relação à produtividade, com estímulo à competitividade entre as instituições. O desempenho individual determina a descentralização da administração e os repasses dos recursos, desconsiderando as variáveis internas e externas que fazem parte do processo escolar e atuam sobre os resultados.

Trata-se, assim, de formas de controle e de responsabilização das escolas e professores. Esse fato leva ao aparecimento de situações que comprometem a autonomia das escolas. Com efeito, a acentuação dos mecanismos de controle, de fiscalização e de intervenção externa nas decisões da escola têm como resultado a desmobilização dos esforços de elaboração coletiva do projeto pedagógico, o qual representa o direito da escola de fazer suas escolhas, de implementar ações deliberadas pela equipe de docentes, de criar um espaço de aprendizagem e desenvolvimento. Esse processo de controle se intensificou na década de 1990, com a transposição para a educação de mecanismos próprios do sistema mercantil para aferir a qualidade e quantidade, materializada no sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) criado para mensurar o desempenho acadêmico dos alunos do Ensino Fundamental. A ênfase nos dados quantitativos se sobrepõe aos qualitativos em um claro processo de legitimar a produtividade como critério de qualidade (LIBÂNEO; FREITAS, 2018, p. 160).

Nesse sentido, é importante considerar, na elaboração do PPP, o seu potencial enquanto ferramenta de construção coletiva autônoma. O processo de construção desse norteador deve ser fortalecedor do coletivo, da democracia e do diálogo, em

um espaço deliberativo seguro. Ao ser pressionada por metas quantitativas externas, as escolas, pensando na sua própria sobrevivência, precisam inserir estratégias que não deem o devido valor à subjetividade e a especificidade de cada instituição e de cada comunidade escolar, especialmente em um país, ao mesmo tempo, extremamente socialmente desigual e multicultural.

De fato, Libâneo e Freitas (2018) observaram, em suas experiências, contradições entre diretoras que tinham uma visão reflexiva voltada à formação de cidadãos críticos e autônomos, mas, ao elaborarem o PPP, acabavam sentindo a necessidade de ceder a pressões externas de demonstração de produtividade. Em um exemplo de uma diretora que tinha esta visão mais crítica, ainda assim, em seu PPP, havia a repetição do termo “proficiência”, como norte para preparar os estudantes para as avaliações externas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

Isso evidencia o enfraquecimento do currículo à medida que são dispensadas outras disciplinas fundamentais para a formação humana, científica e cultural dos alunos, bem como do próprio processo de ensino-aprendizagem, reduzido à memorização de conteúdos e preparação dos alunos para as provas. O ponto de vista pessoal da diretora sobre qualidade de ensino mostra uma visão mais alargada, ainda que isso não apareça no projeto pedagógico que, em princípio, é elaborado sob sua responsabilidade. No entanto, isso pode ser explicado pelo fato de que os dirigentes da Seduce, na verdade, exigem que o projeto pedagógico corresponda às orientações oficiais. Outros depoimentos em relação à proposta de qualidade de ensino presente nas políticas educacionais da Seduce relatam que, na visão da Secretaria de Educação, há uma grande preocupação com os resultados, com os índices de aprovação (LIBÂNEO; FREITAS, 2018, p. 165).

Chama-se a atenção, portanto, para a grande discrepância entre as potencialidades do pensamento crítico, diverso e multicultural dos representantes docentes e das possibilidades reais que as escolas encontram, em seus PPP, de alcançar um equilíbrio entre seus valores e ferramentas conceituais e as demandas e pressões das secretarias de educação. Trata-se de uma relação de poder, na qual os temas complexificam-se muito mais do que uma mera avaliação de qual escola é melhor e mais propositiva em relação a uma formação integral, autônoma e crítica. Muitas vezes, portanto, trata-se, de fato, de um trabalho com a dimensão utópica, como mencionada anteriormente.

Silva e Rebolo (2017) trazem a esperança de uma educação e um ambiente escolar que andem em direção ao diálogo, considerando relevante o “outro”, valorizando o diferente e legitimando, portanto, uma perspectiva intercultural. É a

promoção de uma educação que se utiliza do diálogo para dar reconhecimento a diferentes grupos sociais e culturais, com capacidade de enfrentamento dos conflitos provocados pela assimetria de poder sociocultural. Assim, fortalecer-se-ia um projeto comum, com a integração dialética das diferenças.

Para o materialismo histórico-dialético, é fundamental distinguir claramente o que pertence à dimensão da realidade do objeto ou fenômeno investigado daquilo que pertence ao campo do pensamento, ou seja, o conhecimento produzido pelo sujeito investigador. Nessa perspectiva, o conhecimento científico surge da prática social humana, que se desenvolve ao longo da vida social, tornando possível a reflexão e a teorização sobre essa prática e seus objetos e fenômenos. O conhecimento é, assim, uma abstração que reflete a realidade concreta (MARTINS; LAVOURA, 2018).

Ao considerar essa visão, torna-se evidente que a atividade científica é essencialmente teórica, sendo a reprodução ideal dos objetos e fenômenos da realidade em seu movimento real. Isso corresponde à teoria, que se iguala ao conhecimento científico dentro desse método. Nesse sentido, o conhecimento teórico é a compreensão do objeto e do seu movimento real reproduzido no pensamento, em uma perspectiva ontológica de teoria (MARTINS; LAVOURA, 2018).

Essa abordagem da teoria e do conhecimento tem implicações significativas para as pesquisas em educação. O método dialético supera as dicotomias tradicionais, como quantitativo x qualitativo, subjetividade x objetividade, individual x social, entre outras, ao entender que tais dualismos não captam adequadamente a complexidade e totalidade da realidade humana. Ao evitar a exclusão, o método dialético busca incorporar e superar essas dicotomias, reconhecendo a interconexão entre os opostos e suas relações na totalidade do objeto (MARTINS; LAVOURA, 2018).

Além disso, a compreensão da relação entre singularidade, particularidade e universalidade é essencial para a construção do conhecimento concreto sobre o objeto investigado. O fenômeno não se expressa apenas em sua singularidade ou universalidade, mas na tensão contínua entre eles, na configuração particular. É por meio da análise dialética dessas relações que é possível construir um conhecimento completo e abrangente sobre o objeto em questão, evitando a fragmentação e as falsas dicotomias presentes nas ciências humanas.

Nesse contexto, o investigador tem a responsabilidade de ir além dos fatos imediatos, abstraindo a partir da análise para compreender a concretude real do objeto

ou fenômeno. Isso significa dissolver a imediatez factual e identificar os traços essenciais revelados pelas categorias analíticas, que expressam as determinações do objeto em um processo investigativo complexo (MARTINS; LAVOURA, 2018). É possível compreender a totalidade e complexidade das relações sociais e culturais, construindo uma educação com visões abrangentes e dotadas da realidade educacional.

Silva e Silva (2010) discorrem a respeito das mutações que seguem em curso na sociedade capitalista, produzindo, especialmente nas últimas décadas, a sociedade do conhecimento, a qual fundamenta e explica a lógica da produtividade no âmbito da educação e da produção do conhecimento. Há o cumprimento de um viés ideológico, disseminando a concepção de que a ciência e a tecnologia devem ser incorporadas como ferramentas essenciais para o incremento da produção industrial, maximizando os lucros em uma revolução na base técnica.

Esta sociedade do conhecimento está associada a uma readequação da teoria do capital humano. Nas décadas de 1970 e 1980, houve o surgimento de novas demandas econômicas e educacionais, apresentadas em documentos de organismos internacionais como Banco Mundial, com anúncio dos limites da teoria do capital humano e redefinição de seus fundamentos, adaptando-se à terceira revolução industrial.

O sistema produtivo foi redimensionado, operando pela elevação dos lucros e aumento da exclusão social. Remete-se, aqui, às teorias do desenvolvimento humano, imprimindo um novo padrão de formação à educação e ao trabalho, com a ideia de oportunidade de aprendizagem para quem assim o desejasse. Nessa concepção, infere-se que a responsabilidade pelo sucesso e pelo fracasso é individual (SILVA; SILVA, 2010).

A educação é originada e definida de acordo com uma acumulação e criação processuais, com o legado de gerações anteriores e daquilo que é renovado e reconstruído, do que percorre a humanidade e do que se cria de forma original, subjetivamente por cada um. Dessa forma, o fenômeno educacional é entendido como uma constituição humana estendida e propagada, concebendo o indivíduo como universal, livre, consciente, transcendente e pertencente ao gênero humano. O sujeito, aqui, está permanentemente em um processo de construção criativa, negando o individualismo, a desigualdade e a alienação:

Educação, portanto, refere-se a um instrumento social que abriga intenções e práticas, contribuindo para forjar determinado ser e sociedade. Ao derivar da soma de esforços coletivos com vistas ao processo civilizatório, protagoniza a história de cada um e de todos, numa grande síntese. Se o objetivo educacional contém uma perspectiva humanizadora, associa-se ao conhecimento crítico, o que envolve, igualmente, uma construção. Por isso, é preciso envidar esforços para sair do “estado natural”, evoluir e conhecer a realidade como tal - e essa empreitada é realizada pelo conhecimento, um dos modos de apropriação do mundo pelo indivíduo. Mas o conhecimento não é contemplação, visto que só se realiza na medida em que a realidade é criada (práxis); da mesma forma, a explicação da realidade ocorre com base na ilustração das suas fases e seu movimento. Da imediatez e evidência das primeiras impressões, progride-se para a abstração, para o plano dos conceitos, da ciência, e se alcança um distanciamento conveniente e motivado, em cuja perspectiva as coisas e os acontecimentos se mostram de maneira adequada e isenta de falsificações. Assim, partindo-se do movimento que capta as impressões iniciais e aparentes, passa-se por nova apreensão por meio de conceitos, retorna-se à realidade e constrói-se a síntese (SILVA; SILVA, 2010, p. 84-85).

Portanto, o conhecimento crítico está vinculado à submissão de coisas e ideias a uma investigação que contemple o desmanche da fixidez, da naturalidade, da originalidade e da pretensão de caráter inato. É um processo que não acontece de uma vez, pois é consequência do movimento de ir e vir e da conexão entre a teoria e a prática. Nesse sentido, reitera-se que não há uma realidade a ser desvendada, pois, da visão concreta da realidade o indivíduo conhecedor e criador faz parte. Em linhas gerais, conhecimento crítico busca uma prática reflexiva e criativa, apropriando-se da realidade de modo a atravessá-la, explicá-la e reconstruí-la (SILVA; SILVA, 2010).

Em suma, o enfoque do materialismo histórico-dialético proporciona uma abordagem rica e abrangente para a construção do conhecimento científico em educação. Ao superar as dicotomias e compreender as interconexões entre os elementos da realidade, esse método permite uma análise mais completa dos fenômenos educacionais, considerando sua complexidade e totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do projeto de educação política da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, foi um grande desafio para a comunidade escolar. Repensar a escola no contexto e com base no ideário educacional ajudou a criar uma discussão coletiva, envolvendo todos os setores da escola, com o objetivo de criar uma proposta adequada e condizente com a realidade estabelecida pela escola.

Presume-se que a preparação do PPP deva incluir uma discussão aprofundada dos objetivos da escola, dependendo participação de diferentes atores da escola e da comunidade local, de forma a contribuir para a promoção de uma educação verdadeiramente democrática e igualitária. Portanto, a escola como um coletivo deve definir com precisão os objetivos de seu trabalho docente, a fim de realizar ações que favoreçam a formação integral dos alunos e a reforma social.

Diante dos objetivos traçados neste estudo e considerando a introdução apresentada, torna-se incontestável a relevância das finalidades educativas no contexto da Escola Municipal Padre Elígio Silvestri.

Observando as informações e dados descritos ao longo do trabalho é possível estabelecer um ambiente educacional enriquecedor, no qual o aluno assume um papel ativo na construção do conhecimento, levando em consideração suas estruturas mentais prévias e a interação com o meio.

A relação estabelecida entre educador e aluno se mostra como elemento crucial para o êxito do processo de ensino-aprendizagem. Essa interação pode ser apontada como algo fundamental no campo educacional, uma vez que pode impactar nos resultados ou mesmo no desenvolvimento dos alunos, assim como trabalhar aspectos de aprendizagem que são relevantes na rotina dos estudantes e organizações de ensino.

Nesse contexto, o professor desempenha o papel de mediador e facilitador das experiências educativas, fomentando um ambiente propício à construção conjunta do conhecimento. A confiança e o respeito mútuos se configuram como fatores-chave que estimulam a motivação do aluno para aprender, tornando-o mais engajado e participativo no processo educativo.

Nessa perspectiva, é indispensável que a escola ultrapasse a mera transmissão de conteúdos, visando promover a formação integral do indivíduo e valorizando a diversidade cultural presente em seu corpo discente. A adoção de

políticas educacionais inclusivas consolida a escola como um espaço de desenvolvimento da cidadania, no qual o aluno é encorajado a expressar-se livremente, exercer sua capacidade crítica e compreender a importância do respeito ao outro.

A promulgação da Base Nacional Comum Curricular pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, configura-se como um marco regulatório fundamental para a educação nacional. Sob essa perspectiva, enfatizamos a relevância das finalidades educativas, as quais fornecem direcionamentos essenciais para a atuação no campo da Educação, especialmente na formação dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dessa forma, o presente estudo emerge como uma contribuição significativa para o entendimento da importância das finalidades educativas na Escola Municipal Padre Elígio Silvestri. Entretanto, são necessárias pesquisas que tomem para análise as percepções e expectativas dos docentes em relação às finalidades educativas da educação escolar nos anos iniciais desta escola, a fim de melhor explicar a influência das mesmas no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a formação e desenvolvimento integral dos alunos.

Com a valorização do diálogo, da diversidade cultural e do respeito mútuo, a educação consolida-se como um pilar transformador, capacitando os indivíduos a tornarem-se cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao priorizar as finalidades educativas como norteadores das práticas pedagógicas, a Escola Municipal Padre Elígio Silvestri caminha em direção a uma educação mais significativa, libertadora e voltada para a formação integral de seus educandos. Entretanto, a análise do Projeto Político Pedagógico desta Escola mostrou a necessidade de uma discussão aprofundada sobre os seus objetivos e o que ela tem alcançado em termos de aprendizagem dos alunos, sobretudo a partir da implantação da BNCC. Para avançar mais a compreensão do problema, são necessárias pesquisas que tomem para análise as percepções e expectativas dos docentes em relação às finalidades educativas da educação escolar nos anos iniciais desta escola, a fim de melhor explicar a influência das mesmas no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a formação e desenvolvimento integral dos alunos.

REFERÊNCIAS

- AGETOP. **Interrupção de tráfego na GO-070** [Imagem]. Disponível em: <https://www.goias.gov.br/images/uploads/2017/08/Interrupção-de-tráfego-na-GO-070-folder-verso.jpg>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliações e perspectivas**. ANPAE, Recife, 2018.
- ALFONSI, S. O.; ARGOLO, G.; MIRANDA, L. H. M. Finalidades educativas escolares e desenvolvimento emocional: implicação na formação continuada e condições de trabalho docente. **Revista Educativa – Revista de Educação**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 1-20, 10 ago. 2021.
- ALLIENDE, Felipe; CONDEMARÍN, Madel. **A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2006.
- ARDOINO, J. **As finalidades da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- AVERSA, V. O; BAIRRO, G. A pedagogia das competências e o ensino de geografia no estado de São Paulo: um olhar crítico para a orientação pedagógica dos documentos oficiais. **II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XIV Seminário da Pós-graduação em Geografia**. 24 a 28 de março de 2019, UNESP-Rio Claro.
- BAGNATO, Stephen; NEISWORTH, John. **O caso contra o teste de inteligência na intervenção precoce. Tópicos em educação especial para a primeira infância**, v. 12, n. 1 pág. 1-20, 2015.
- BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BALL, S. J. **The Education Debate: Policy and Politics in the Twenty-First Century**. Bristol: Policy Press, 2008.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.
- BORGES, J. Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. **Informação & Sociedade** (UFPB. Online), v. 28, p. 123-140, 2018.
- BRASIL, **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394-96 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 12.796, de 4 de abril de 2009.** Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2013^a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2013.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº. 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 1º de junho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2018.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de

Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CALLAS, A. C. **A política da educação no governo Lula (2003-2010): Hegemonia, neoliberalismo e expansão do ensino superior**. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020.

CAPELATTO, Ivan. **Diálogos sobre afetividade**. Campinas: Papyrus, 2017.

CAVALCANTE, Maria M. da Silva.; FARIAS, Isabel M. S de. Permanecer na docência: o que revelam professores iniciantes egressos do Pibid? **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 58, p. 1-24, out./dez. 2020.

CHIZZOTTI, A. As finalidades dos sistemas de educação brasileiros. **Revista Educação em Questão**, [S.L.], v. 58, n. 55, p. 1-19, 7 fev. 2020.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CURY, C. R. J. et al. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

FERNANDES, Malú de Souza. **Sistema de avaliação de rendimento escolar do estado de São Paulo (SARESP): motivações, usos e mudanças nas ações de gestores e docentes em uma unidade escolar da rede estadual de São Paulo (2007-2012)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 18ª ed. São Paulo, Cortez, 2017.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, abr/jun 2012.

FREITAS, Ana Flávia Florentino. **A importância do brincar na educação infantil**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GADOTTI, M. **Educação popular e educação ao longo da vida**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.

GALIAN, C. V. A. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 648-669, jul./set. 2014.

GOMES, Marineide de O. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

HERNENDEZ, Fernando. **O Projeto Político Pedagógico vinculado à melhoria das escolas**. Pátio, Porto Alegre: Artmed, nº 25, p.08 – 11, 2013.

JUNQUEIRA, Fernanda Gomes Coelho. **O projeto neoliberal de educação e sua ressonância na concepção de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre finalidades educativas para a escola**. 2022. 258 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

KAGAN, Sharon L. Qualidade na Educação Infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, p. 56-67, jan./abr. 2011.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Freud e a educação: o mestre do impossível**. Salvador, BA: ABRAPEE e Faculdade Ruy Barbosa, 2013.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LEITE, R. F.; RITTER, O. M. S. Algumas representações de ciência na BNCC – Base Nacional Comum Curricular: área de ciências da natureza. **Temas & Matizes, Cascavel**, v. 11, n. 20, p. 1-7, jan./jun., 2017.

LENOIR, Y. Du libéralisme au néolibéralisme: quels impacts pour les finalités éducatives scolaires et pour les savoirs disciplinaires. In: LENOIR, Yves *et al.* **Les finalités éducatives scolaires**: pour une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques. Quebec: Groupéditions Editeurs, 2016.

LENOIR, Y. Les finalités éducatives scolaires, un'objet hautement problématique. **Bulletín**, n. 4, 2013.

LENOIR, Y. **Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável**. In: Fazenda, Ivanir C. A. (org.) *Didática e interdisciplinaridade*. 4. ed. São Paulo: Papirus, 1998, p.45-75.

LESSARD, C. **O trabalho docente**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIBÂNIO, J. C.; FREITAS, R. A. M. da M. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. *Cadernos de Pesquisa*, 2016.

LIBÂNIO, J. C.; SILVA, E. Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 816-840, 30 jul. 2020.

LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R.A. Marra de Madeira. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.

LIBÂNEO, J. C. Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática. In: LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate**. Goiânia: VII Edipe, 2019.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 46, n. 159, p. 38-62, mar. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa: unindo ensino e modos de investigação**. Cadernos de pedagogia universitária. Universidade de São Paulo: Goiás, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 1994, p. 69.

LIBÂNEO, J. C. **Escola de tempo integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem?** In: BARRA, V. Educação: ensino, espaço e tempo na escola de tempo integral. Goiânia: Cegraf/UFG, 2014.

LOBO, Thereza. **A avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão**. In: RICO, Elizabeth M. (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p. 75-84.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez. 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Rosângela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2016.

MARTINS, M. H. **O que é leitura?** 19 ed. São Paulo. Brasiliense, 1994.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 34, n. 71, p. 223-239, out. 2018.

MARXREITER, V. L. F. **Princípios, diretrizes e estratégias para a autoavaliação do aluno jovem dos anos finais da educação básica**. 2020. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Métodos e Gestão em Avaliação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MILAGRE, J. A. Finalidades educativas escolares: políticas e diretrizes na produção dos significados do ensino. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 96, p. 224-245, 2017.

MOSS, Peter. Qual o futuro da relação entre educação infantil e ensino obrigatório? **Cadernos de Pesquisa**. n. 142, v. 41, p. 142-159, jan./abr./2011.

MOYLES, Janet R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto alegre: Artmed, 2012.

ORTIGÃO, M. I. R.; AGUIAR, G. S. Repetência escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: evidências a partir dos dados da prova Brasil 2009. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 364-389, 2013.

PACHECO, Josemary. **A afetividade na instituição escolar**. 34 f. 2014. Monografia (Especialização em administração escolar) - Universidade Cândido Mendes de Recife, Recife, 2014.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2011.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; CALLAS, Danielle Girotti; BARBOSA, Rafael Conde. Tecnologias digitais: uma das finalidades educativas escolares ou meio para alcançá-las? **Revista Educativa - Revista de Educação**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 1-28, 10 ago. 2021.

POUCO, Rebecca; GLICK, Michelle. Observando a brincadeira: um processo adequado de aprendizagem e avaliação. **Bebês e crianças pequenas**, Filadélfia. v. 5, n. 4, pág. 35-43, 2013.

PPP. Projeto Político Pedagógico. **Escola Municipal Padre Elígio Silvestri**. Itaberaí: Escola Municipal Padre Elígio Silvestri, 2022.

RAMOS, M. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul./set. 2011.

ROCHA, Thayline Soares Ferreira; LIMA, Iranete Maria da Silva. Diálogo em aulas de matemática: um olhar de professoras que ensinam nos anos iniciais do ensino fundamental. **Educação, Matemática, Pesquisa**, v. 23 n. 2 (2021): Volume 23, n. 2, 2021.

ROSEMBERG, F. **Educação infantil pós Fundeb: avanços e tensões**. IN: SOUZA, G. (Org.). Educar na infância: perspectivas histórico-sociais. 1ª. Ed. São Paulo: Contexto, p. 171-186, 2010.

SANTOS, R. V.; ESCOBAR, A. L. Organizadores. Saúde dos povos indígenas no Brasil: Perspectivas atuais. **Cad Saúde Pública**. 17(2), 2001.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A militarização da escola pública em Goiás**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação, 2016.

SARMENTO, J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. 2012. In M.J. Sarmiento, e A. B. Cerisara, (Coord.), Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto. Asa. (9-34), 2012.

SAVIANI, D. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Comum Curricular. Movimento: **Revista de Educação**. Faculdade de Educação – Programa de Pós -Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Ano 3. n.4. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis n. 5.540-68 e 5.692-71**. In. SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. p. 173- 203.

SCHNAPPER, D. O debate sobre a imigração e a crise de identidade nacional. Vol. 17, ed. 2. **A política de imigração na Europa ocidental**, 1994.

SENADO FEDERAL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, C. Plano de formação, letramento e práticas educativas na pedagogia da alternância. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, e219182, 2020.

SILVA, F. **Políticas públicas**. 2020. Disponível em: <https://falouedisse.blog.br/?p=5810>. Acesso em: 4 mai. 2023.

SILVA, M. G. M.; SILVA, R. C. R. Educação e produção do conhecimento na realidade social: uma análise a partir do materialismo histórico-dialético. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa v. 5, n. 1, p. 79-87, jun. 2010.

SILVA, V. A.; REBOLO, F. A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor. **Interações (Campo Grande)**, [S.L.], v. 18, n. 1., p. 179-190, 10 mar. 2017.

SILVA, L. C.; SILVA, F. D. A.; FALEIRO, W. Educação infantil e educação especial: entre as fronteiras do favor e do direito de todos às condições de cidadania. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 702-716, abr., 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaae.v14iesp.1.12200.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria C. V. R.; JUNIOR, Roberto dos Santos B. O professor e o ato de ensinar. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 689-698, set./dez. 2015.

VASCONCELOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VENTURA, G.; FREIRE, L. As finalidades da Educação em Ciências no currículo mínimo de Ciências/Biologia: uma análise discursiva da rede estadual do rio de

janeiro. **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, [s. /], v. 10, n. 1, p. 305-327, 2017.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.